



ANAIIS DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 096

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 21 DE AGOSTO DE 2007

ANO XXXII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS

Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI

1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS

3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI

1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN

2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI

3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI

4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

| | |
|---------------------------|------------------------|
| Líder do Governo | Luiz Claudio Romanelli |
| Líder da Oposição | Valdir Rossoni |
| PMDB | Waldyr Pugliesi |
| PSDB | Ademar Traiano |
| Democratas | Plauto Miró |
| PT | Elton Welter |
| PP | Duílio Genari |
| PDT | Luiz Carlos Martins |
| PTB | Fábio Camargo |
| Bloco PPS/PMN | Dr. Batista |
| Bloco PSB/PL/PRB/PV | Reni Pereira |

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Malucelli - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 03: Carlos Simões - Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira; **Sem Partido** - 01: Geraldo Cartário

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 096

87ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

| | |
|----------------------------------|----|
| Mesa Executiva | 02 |
| Presenças | 02 |
| Abertura da Sessão | 03 |
| Expediente: | |
| Indicações | 03 |
| Requerimentos | 04 |
| Projetos de Resolução | 06 |
| Projetos de Lei | 07 |
| Pequeno Expediente: | |
| Dep. Dr. Batista | 13 |
| Dep. Jocelito Canto | 14 |
| Grande Expediente: | |
| Dep. Geraldo Cartário | 14 |
| Horário das Lideranças: | |
| Liderança do PTB | |
| Dep. Jocelito Canto | 18 |
| Liderança do Bloco PSB/PL/PRB/PV | |
| Dep. Pastor Edson Praczyk | 19 |
| Liderança do Bloco PPS/PMN | |
| Dep. Douglas Fabrício | 20 |
| Liderança do PT | |
| Dep. Tadeu Veneri | 21 |

| | |
|-----------------------------------|----|
| Liderança dos Democratas | |
| Dep. Plauto Miró | 23 |
| Liderança do PSDB | |
| Dep. Valdir Rossoni | 24 |
| Liderança do PMDB | |
| Dep. Waldyr Pugliesi | 25 |
| Liderança do PDT | |
| Dep. Luiz Carlos Martins | 26 |
| Liderança do Governo | |
| Dep. Luiz Claudio Romanelli | 28 |
| Liderança da Oposição | |
| Dep. Valdir Rossoni | 29 |

Ordem do Dia:

| | |
|-----------------------------|----|
| Leitura do Expediente | 31 |
| Discussão/Votação | |
| Redação Final | 32 |
| 3ª Discussão | 32 |
| 2ª Discussão | 32 |
| 1ª Discussão | 35 |
| Requerimentos | 38 |

Encerramento da Sessão

Publicações:

| | |
|-------------------------------|----|
| Comissão Executiva | |
| Indicações Legislativas | 41 |
| Ata de Comissão | |
| Redação | 44 |

DIÁRIO Nº 096

87ª SESSÃO ORDINÁRIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 87ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 21 DE AGOSTO DE 2007

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência da Sra. Deputada Cida Borghetti, secretariada pelo Sr. Deputado Edgar Bueno e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duflio Genari, Dur-

val Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Malucelli, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mamede, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Ney Leprevost, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (46).

Ausentes os Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Carlos Simões, Elio Rusch, Elton Welter e Osmar Bertoldi (06).

Ausentes com justificativa os Srs. Deputados: Nelson Justus e Felipe Lucas (02)

Verificada a existência de número legal, a Sra. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Indicações

INDICAÇÃO Nº 259/07

SÚMULA:

Sugere ao Governador do Estado do Paraná e ao Secretário de Estado da Saúde a reforma e ampliação das instalações da 15ª Regional de Saúde de Maringá.

Sr. Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, INDICA à Mesa seja oficiado ao Governador do Estado e ao Secretário de Estado da Saúde, sugerindo aos mesmos a reforma e ampliação das instalações da 15ª Regional de Saúde de Maringá.

Imprescindível, portanto, a recuperação do espaço destinado ao funcionamento das importantes ações da 15ª Regional.

Sala das Sessões, em 21.08.07.

(a) CIDA BORGHETTI

INDICAÇÃO Nº 260/07

SÚMULA:

Sugere ao Secretário de Estado da Saúde e à Secretaria de Estado da Administração e Previdência Social a ampliação da jornada de trabalho de 30 horas para os servidores dedicados à saúde do estado do Paraná.

Sr. Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, INDICA à Mesa seja oficiado ao Secretário de Estado da Saúde, Exmo. Sr. Cláudio Xavier, bem como à Secretária de Estado da Administração e Previdência Social, Exma. Sra. Maria Marta Lunardon, sugerindo aos mesmos a implantação da jornada de trabalho de 30 horas para os servidores que se dedicam à saúde do estado do Paraná, em razão dos fundamentos adiante citados:

1) A natureza do trabalho em saúde exige dos profissionais habilidades diferenciadas por lidar com:

a) complicações do processo saúde-doença (quer seja a doença em si ou graves problemas sanitários, por exemplo epidemias), que geram sobrecarga física e emocional e interferem na dinâmica de assistência;

b) atendimento ao público que pode ser o doente, a família, profissionais da área e/ou gestores - esses agentes da saúde são representantes do estado do Paraná nos municípios;

c) vivência em ambientes ambulatoriais e hospitalares (muitas vezes com exposição a risco biológico e em locais insalubres);

d) a constante necessidade de atualizações e reciclagens, pois o conhecimento e a tecnologia em saúde avançam de forma a oferecer melhor qualidade de vida aos cidadãos.

2) A flexibilização da jornada, tanto dos técnicos quanto dos administrativos que respaldam o serviço executado fundamenta-se em:

a) frequentemente há necessidade de trabalho em horas extras: investigações de casos e surtos de vigilância epidemiológica, sanitária e ambiental, além de deslocamento da sede para eventos da SESA na capital e nos municípios. No contexto das 6 horas, a jornada de trabalho se estende e é compensada naturalmente, sem prejuízo para as funções e para o público, muitas vezes com o servidor trabalhado até mais "em hora" e produzindo melhor por estar satisfeito em suas necessidades básicas;

b) por se tratar de serviço de natureza essencial, há atividades que não podem ser interrompidas para o horário convencional de almoço;

c) com a jornada de 8 horas, o servidor é obrigado a interromper o trabalho para o horário de almoço, necessitando de deslocamento até a residência, haja vista que não há refeitório e nem vale transporte;

d) para os funcionários comprometidos com o trabalho a não interrupção representa acúmulo de carga horária. Há mais de 15 anos a flexibilização da jornada de

trabalho solucionava esses transtornos, sem prejuízos técnicos/administrativos para o estado.

3) Experiência de implantação da Jornada Única de Trabalho por estado e municípios brasileiros em consonância com as Políticas Nacionais do SUS:

a) no contexto da municipalização dos serviços de saúde, a gestão plena necessita do apoio técnico das regionais de saúde;

b) já adotaram o regime de trabalho de 30 horas o Distrito Federal, Santa Catarina e Goiás, com avaliação positiva.

Segundo estudos da área de saúde, somente 5% dos doentes estão nos hospitais, o restante da população é atendida nas unidades básicas de saúde, exigindo maior atenção do estado e dos municípios.

Sala das Sessões, em 21.08.07.

(a) CIDA BORGHETTI

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 2477

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 441/07, item 13, por 03 (três) Sessões.

Sala das Sessões, em 21.08.07.

(a) LUIZ ACCORSI

REQUERIMENTO Nº 2467

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o soberano Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 085/07, de sua autoria, que denomina Marcelo Augusto Barbur o Hospital Regional de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 21.08.07.

(aa) JOCELITO CANTO, MARCELO RANGEL, PÉRICLES DE MELLO e PLAUTO MIRÓ.

REQUERIMENTO Nº 2471

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a anexação dos Projetos de Lei nºs 168/07 e 015/07 ao Projeto de Lei nº 169/07.

Sala das Sessões, em 21.08.07.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

Apoiamento:

Rosane Ferreira e Tadeu Veneri.

REQUERIMENTO Nº 2462

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja reservado o plenarinho desta Assembléia, no dia 04 (quatro) de setembro de 2007

(terça-feira), às 18 horas, para o lançamento do livro "Arquitetura Contra o Crime", do Coronel Roberson Bondaruk. O Coronel Bondaruk é escritor que se dedica à segurança pública, ilustrando com seus livros as possibilidades de melhoria para a segurança pública do estado do Paraná.

O Coronel PM Roberson Bondaruk é autor dos livros "Polícia Comunitária: polícia cidadã para um povo cidadão", em parceria com o Major PM César Alberto de Souza; "Manual de Policiamento Montado Comunitário" e "O Império das Casas Abandonadas: criança e adolescentes 'de rua' e a polícia.

Sala das Sessões, em 21.08.07.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2476

Senhor Presidente:

Vimos por meio desta solicitar o uso do plenarinho da Assembléia Legislativa para a realização da Assembléia do Sindicato dos Servidores do Judiciário do Paraná - SINDJUS no dia 31 de agosto de 2007 às 10h.

Sala das Sessões, em 21.08.07.

(a) TADEU VENERI

REQUERIMENTO Nº 2463

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a divulgação do evento comemorativo aos 154 anos da criação da Província do Paraná, e a posse do Sr. Belmiro Valverde Jobim Castor como Presidente do Movimento Pró-Paraná, a realizar-se no dia 29 de agosto próximo, às 17h30, no mini-auditório do Centro Universitário Curitiba - UNICURITIBA, sito a R. Chile, 1678, Curitiba, onde oportunamente em que será realizada a Reformulação do Estatuto Social da referida entidade.

O Movimento Pró-Paraná por este, convida os nobres Deputados desta colenda Casa de Leis para prestigiarem este importante evento.

Sala das Sessões, em 21.08.07.

(a) CLEITON KIELSE

REQUERIMENTO Nº 2464

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 051/07, de nossa autoria, que denomina "Palácio Tibagi" o novo prédio, sede provisória do Governo do Estado, no Centro Cívico.

Sala das Sessões, em 21.08.07.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 2461

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Paulo Fernando Bezerra Silva, ocorrido no dia 16 de agosto de 2007, no município de Inajá/PR.

Requer ainda, que seja dado ciência à família enlutada, através de sua esposa Lucilene Reganham, enviando correspondência à R. São José, s/n - Centro - Inajá/PR.

Sala das Sessões, em 21.08.07.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Às vezes ocorrem fatos que nem de longe conseguimos entender ou compreender. Por mais que busquemos respostas, muitos acontecimentos se envolvem em contudentes mistérios e se tornam inexplicáveis.

Assim é que definimos o falecimento do Presidente do PMDB de Inajá, Paulo Fernando Bezerra Silva, um homem de personalidade forte, grande mediador, inteligente, equilibrado e outras virtudes, que faziam com que ele fosse uma das principais lideranças em atividade no município.

Desde cedo, Paulo Fernando deixou claro que não seria mais um nesse mundo. Mostrando-se um líder nato, envolveu-se nos assuntos comunitários, participando ativamente das grandes decisões. Era um interlocutor respeitado, pois cumpria palavra e não abria mão facilmente de seu ponto de vista.

Infelizmente a morte de Paulo Fernando abriu uma lacuna que dificilmente será preenchida em Inajá. Além dos dotes como político, era um ser humano generoso e abnegado. Jamais deixou de cooperar objetivando diminuir o sofrimento das pessoas menos protegidas pela sorte.

Eu particularmente, perco não só um valoroso companheiro, mas sobretudo um leal e grande amigo. Por isso solicito que seja aprovado por essa colenda Casa de Leis a presente proposição, em homenagem aos serviços prestados em vida pelo combativo homem público, rogando a Deus que abençoe a sua família e que o receba, reservando-lhe um bom lugar na morada eterna.

REQUERIMENTO Nº 2465

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido um voto de louvor, congratulações e muito aplauso ao Sr. Odair Lamóglia, fundador e proprietário da Farmácia São José, pela comemoração de 60 anos de sua fundação. Iniciou as atividades em 12 de setembro de 1947 no município de Campo Largo/PR.

A história da farmácia se confunde com a história do Sr. Odair Lamóglia. Obstinado, pai exemplar, profissional de conduta ilibada, começou a frequentar a cidade de Campo Largo em 1943, quando recebia convites para os bailes nas sociedades Clube campo-larguense e Macedo Soares. Teve importante participação na fundação do Fanático Futebol Club.

No dia 12 de setembro de 1947 abriu a atual Farmácia São José juntamente com sua noiva Maria Izolda Cavalli, com quem casou em 27 de dezembro desse mesmo ano. Seu primeiro filho, Carlos Marcel, nasceu em 1949, médico, casado com Maria Esther e tem 1 filho, Odair, em 1950, foi professor no Colégio Sagrada Família. Alcione David, advogado, seu 2º filho, nasceu no ano de 1954, é casado com Deisi Denir, tem 3 filhas e uma neta.

Foi eleito Vereador pelo PSD em 1956, sendo o mais votado, com 496 votos. Em 1960 foi reeleito e presidiu a Câmara Municipal de Vereadores em 1959 e 1963, sem remuneração.

Em 8 de junho de 1999, recebeu o título de Cidadão Honorário de Campo Largo. Foi homenageado pela Câmara Municipal em 23 de fevereiro de 2005, nas comemorações dos 134 anos de Emancipação Política da Comarca de Campo Largo.

Quando Vereador, apresentou projetos: de nomeação das Ruas Monsenhor Aloísio Domanski e Pedro Sovierzoski; de doação de um lote no Cemitério Municipal para urnas mortuárias das Irmãs do Colégio Sagrada Família; de numeração das residências em Campo Largo, entre outros.

No dia 1º de agosto de 2005 foi aberta a Farmácia São José de Manipulação, sob a responsabilidade técnica de sua neta, a farmacêutica Mônica Lamóglia.

Hoje, continua atuando como farmacêutico responsável pela Farmácia São José, atendendo seus amigos, seus clientes, com o mesmo profissionalismo e carinho de 60 anos. Sua competência e dedicação, aliadas ao seu jeito amigo, carinhoso, sempre preocupado em oferecer o que de melhor existe ao povo campo-larguense na busca de uma melhor qualidade de vida, o tornou uma pessoa especial e que serve de exemplo a todos nós.

Muito nos orgulha e tranquiliza a existência de profissionais como o Sr. Odair Lamóglia, que se dedicam e proporcionam um atendimento exemplar à nossa população.

Desta forma, apresentamos este voto de louvor, congratulações e muito aplauso, extensivos aos demais Pares desta colenda Casa de Leis e comunidade campo-larguense. Cumprimos o fundador e proprietário da Farmácia São José, o farmacêutico Sr. Odair Lamóglia, seus funcionários e demais colaboradores, augurando-lhes muito sucesso!

Sala das Sessões, em 21.08.07.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2456

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a manifestação do soberano Plenário, seja endereçado expediente ao Dr. Luiz Fernando Delazari, Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a urgente construção do Instituto Médico Legal, em Ivaiporã.

Centro de uma região com mais de 20 municípios, no Vale do Ivaí, Ivaiporã reivindica, há muitos anos, o IML, problema já debatido na Câmara de Vereadores, através da liderança do edil Antonio Vila Real, que conseguiu sensibilizar a OAB e outros importantes segmentos locais visando a implantação de tão importante serviço. Muitas famílias da região, que sofrem a dor, pela perda de parentes, têm o sofrimento aumentado com a demora na liberação do corpo, quando há necessidade de necropsia, o que é feito somente em municípios localizados a mais de 150 quilômetros de distância. Trata-se de uma necessidade extrema o IML em Ivaiporã.

Sala das Sessões, em 21.08.07.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 2460

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao casal Izaura Maria da Silva Marmitt e Bercildo José Marmitt, do município de São Jorge do Oeste, com votos de congratulações, pela passagem das Bodas de Ouro, que foi comemorada dia 27 de julho de 2007.

Requer ainda, que seja enviada correspondência à Av. Iguaçu, 416, s/nº - Centro - São Jorge do Oeste/PR.

Sala das Sessões, em 21.08.07.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Que belo exemplo de vida! Um casal que soube superar todos os empecilhos e com muito empenho e dedicação conseguiu chegar até aqui, coroando de pleno sucesso esta longa caminhada.

Não é somente esta família que está de parabéns, mas toda a comunidade de São Jorge do Oeste, que tem o privilégio de conviver com este casal. Trata-se de um belo exemplo de vida, principalmente nos dias atuais, onde os valores se inverteram e não se dá mais ênfase aos aspectos éticos, morais de honradez e honestidade.

O casal Izaura e Bercildo trilhou o caminho correto. Com dignidade e perseverança foram suplantando os obstáculos culminando com a celebração das Bodas de Ouro, ou seja, cinquenta anos de vida conjugal. É extremamente justo que esta Assembléia Legislativa registre nos seus anais fatos como esses e também preste sua homenagem até para que sirva de exemplos para que outras pessoas possam seguir os mesmos passos do casal.

REQUERIMENTO Nº 2470

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Roberto Requião, solicitando as informações abaixo, relativas tanto a obra como as alterações promovidas no novo prédio do Centro Cívico, o antigo fórum inacabado:

- Quem foi o responsável pelo projeto de adequação do imóvel do antigo fórum para a nova utilização?

- Foram realizados projetos? Em caso afirmativo fornecer cópia juntamente com a ART.

- Juntar projeto básico, licitação das obras e os contratos firmados para cada uma das modificações.

- Juntar os aditivos feitos aos contratos.

- Por ocasião da visita do Governador, e a ordem que se seguiu sobre a retirada das divisórias e modificações, que medidas administrativas foram tomadas para que se cumprisse a vontade do Governador?

- Quem foi o responsável pelo novo projeto?

- O que foi feito com o material retirado?

- Qual o custo da retirada do material não utilizado?

- Há projeto das alterações? Anexar.

- Fazer um demonstrativo do projeto inicial e do atual, relacionando todos os materiais retirados e os adquiridos posteriormente para atender às modificações solicitadas pelo Sr. Governador.

- Como foi adquirido o novo material? Houve licitação? Anexar o processo licitatório e os contratos firmados.

- Qual o custo inicial projetado e o custo final da referida obra?

Sala das Sessões, em 21.08.07.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 2483

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM ao Secretário de Estado da Educação, Sr. Maurício Requião de Mello e Silva, após ouvido o douto Plenário, informar relativamente aos 22 mil televisores adquiridos para as escolas estaduais, o que segue:

1. Qual o custo unitário de cada televisão?

2. Quantas já saíram da fábrica? Juntar cópia das respectivas notas fiscais.

3. Quantas já foram entregues nas escolas? Em quais escolas?

4. Quantas estão estocadas em depósito nesta capital? Porque?

Sala das Sessões, em 21.08.07.

(aa) VALDIR ROSSONI, RIBAS CARLI FILHO e DURVAL AMARAL

Projeto de Resolução

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 024/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º Fica instituído, no âmbito da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, o Programa Semente do Paraná.

Parágrafo Único. O Programa Semente do Paraná tem por objetivo conscientizar os alunos, da Rede Pública de Ensino do Estado, da importância da defesa do meio ambiente no nosso estado, no Brasil e no mundo.

Art. 2º O Programa Semente do Paraná consiste em um concurso das melhores frases sobre a defesa do Meio Ambiente, criadas entre os alunos da Rede Pública de Ensino do Estado.

Art. 3º As frases devem ser enviadas à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, endereçadas à Comissão de Ecologia e Meio Ambiente e à Comissão de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 4º As referidas comissões, através dos seus membros, escolherão as 10 melhores frases com envolvimento à defesa do meio ambiente.

Art. 5º A frase ganhadora terá seu cartaz colocado em todas as escolas da Rede Pública de Ensino do Estado.

Art. 6º Será comemorada, anualmente em Sessão Solene, os premiados receberão as premiações, no plenário da Assembléia Legislativa do Estado.

Art. 7º A Mesa Diretora da Assembléia Legislativa regulamentará a presente resolução.

Art. 8º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21.08.07.

(a) MARCELO RANGEL

JUSTIFICATIVA:

A apresentação do presente projeto de resolução, objetiva a conscientização dos alunos da Rede Pública de Ensino do Estado do Paraná da importância da defesa no meio ambiente.

Ao premiar as melhores frases elaboradas pelos nossos alunos é pensamento nosso criar novos defensores da ecologia em nosso estado.

A Comissão de Ecologia e Meio Ambiente e a Comissão de Educação, Cultura e Esportes avaliarão os trabalhos, sendo que os melhores serão premiados em Sessão Solene no plenário da Assembléia Legislativa do Estado.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da proposição em tela.

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 609/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, a Associação dos Clubes de Mães de Umuarama, município de

Umuarama, estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.08.07.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de utilidade pública, tem sua sede e foro na Av. Presidente Castelo Branco, 4547 em Umuarama, sem fins lucrativos, com duração indeterminada.

A Associação dos Clubes de Mães de Umuarama, tem por objetivo participar na organização da comunidade com o intuito de tornar viável a todas as famílias, acesso à assistência social e à profissionalização: incentivar a participação da comunidade no equacionamento e solução de seus problemas comuns; desenvolver atividades que concorram para o aumento da renda familiar; gerar rendas; ministrar cursos de capacitação. A associação atende em média 76 turmas, mensalmente, distribuídos na sede e demais clubes e entidades, 613 gestantes, 350 atendimentos com cortes de cabelo e manicure.

A documentação que instrui este projeto, encontra-se dentro dos ditames da Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, que dispõe sobre a matéria.

Desta forma, esperamos o devido apoio e conseqüente aprovação a esta proposta de lei que visa reconhecer publicamente o esforço e trabalho dessa entidade em favor da comunidade.

PROJETO DE LEI Nº 610/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Produtores Rurais de Guaiporã - APROGUA, distrito de Guaiporã, município de Cafezal do Sul, estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.08.07.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de utilidade pública, tem sua sede e foro na Estrada do Mosquito Km 01, no distrito de Guaiporã, município de Cafezal do Sul, é constituída sob forma de sociedade civil, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter filantrópico e de assistência social.

A Associação dos Produtores Rurais de Guaiporã, tem por objetivo a integração de seus associados, a realização de cursos, oficinas, grupos terapêuticos, reuniões e palestras, prestação de serviço de transportes, beneficiamento, armazenagem, classificação, embalagens e outros necessários à produção de seus associados.

A documentação que instrui este projeto, encontra-se dentro dos ditames da Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, que dispõe sobre a matéria.

Desta forma, esperamos o devido apoio e consequente aprovação a esta proposta de lei que visa reconhecer publicamente o esforço e trabalho dessa entidade em favor da comunidade.

PROJETO DE LEI Nº 611/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Beneficente de Brasilândia do Sul - ACBBS, município de Brasilândia do Sul, estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.08.07.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de utilidade pública, tem sua sede e foro na Av. França, nº 96, em Brasilândia do Sul, é constituída sob forma de sociedade civil, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter filantrópico e de assistência social.

A Associação Comunitária Beneficente de Brasilândia do Sul, atende em média 44 (quarenta e quatro) crianças e tem por objetivo o desenvolvimento da educação infantil, o ingresso do ensino fundamental da 1ª a 8ª série, o desenvolvimento psicológico, emocional, motor, intelectual, moral, social, físico e educacional dos associados.

A documentação que instrui este projeto, encontra-se dentro dos ditames da Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, que dispõe sobre a matéria.

Desta forma, esperamos o devido apoio e consequente aprovação a esta proposta de lei que visa reconhecer publicamente o esforço e trabalho dessa entidade em favor da comunidade.

PROJETO DE LEI Nº 612/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a instituir o Programa de Combate ao Bullying, de ação interdisciplinar e de participação comunitária, nas escolas públicas e privadas, no estado do Paraná.

Parágrafo Único. Entende-se por bullying atitudes de violência física ou psicológica, intencionais e repetitivas, que ocorrem sem motivação evidente, praticadas por um indivíduo (bully) ou grupos de indivíduos, contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de intimidá-la ou agredí-

la, causando dor e angústia à vítima, em uma relação de desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas.

Art. 2º A violência física ou psicológica pode ser evidenciada em atos de intimidação, humilhação e discriminação, entre os quais:

- I) insultos pessoais;
- II) comentários pejorativos;
- III) ataques físicos;
- IV) grafitagens depreciativas;
- V) expressões ameaçadoras e preconceituosas;
- VI) isolamento social;
- VII) ameaças;
- VIII) pilhérias.

Art. 3º O bullying pode ser classificado em três tipos, conforme as ações praticadas:

- I) sexual: assediar, induzir e/ou abusar;
- II) exclusão social: ignorar, isolar e excluir;
- III) psicológica: perseguir, amedrontar, aterrorizar, intimidar, dominar, infernizar, tyrannizar, chantagear e manipular.

Art. 4º Para a implementação deste programa, a unidade escolar criará uma equipe multidisciplinar, com a participação de docentes, alunos, pais e voluntários, para a promoção de atividades didáticas, informativas, de orientação e prevenção.

Art. 5º São objetivos do programa:

- I - prevenir e combater a prática de bullying nas escolas;
- II - capacitar docentes e equipe pedagógica para a implementação das ações de discussão, prevenção, orientação e solução do problema;
- III - incluir, no Regimento Escolar, após ampla discussão no Conselho de Escola, regras normativas contra o bullying;
- IV - esclarecer sobre os aspectos éticos e legais que envolvem o bullying;
- V - observar, analisar e identificar eventuais praticantes e vítimas de bullying nas escolas;
- VI - discernir, de forma clara e objetiva, o que é brincadeira e o que é bullying;
- VII - desenvolver campanhas educativas, informativas e de conscientização com a utilização de cartazes e de recursos de áudio e áudio-visual;
- VIII - valorizar as individualidades, canalizando as diferenças para a melhoria da auto-estima dos estudantes;
- IX - integrar a comunidade, as organizações da sociedade e os meios de comunicação nas ações multidisciplinares de combate ao bullying;
- X - coibir atos de agressão, discriminação, humilhação e qualquer outro comportamento de intimidação, constrangimento ou violência;

XI - realizar debates e reflexões a respeito do assunto, com ensinamentos que visem a convivência harmônica na escola;

XII - promover um ambiente escolar seguro e sadio, incentivando a tolerância e o respeito mútuo;

XIII - propor dinâmicas de integração entre alunos e professores;

XIV - estimular a amizade, a solidariedade, a cooperação e o companheirismo no ambiente escolar;

XV - orientar pais e familiares sobre como proceder diante da prática de bullying;

XVI - auxiliar vítimas e agressores.

Art. 6º Compete à unidade escolar aprovar um plano de ações, no Calendário da Escola, para a implantação das medidas previstas no programa.

Art. 7º Fica autorizado a realização de convênios e parcerias para a garantia do cumprimento dos objetivos do programa.

Art. 8º A escola poderá encaminhar vítimas e agressores aos serviços de assistência médica, social, psicológica e jurídica, que poderão ser oferecidos por meio de parcerias e convênios.

Art. 9º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data da sua publicação.

Art. 10. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21.08.07.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

JUSTIFICATIVA:

O bullying, palavra de origem inglesa, significa tyrannizar, ameaçar, oprimir, amedrontar e intimidar. A prática já se tornou comum entre os adolescentes. Um problema que começa a ser discutido com mais intensidade diante do aumento da violência escolar.

A preocupação com o bullying é um fenômeno mundial. Pesquisa feita em Portugal, com 7 mil alunos, constatou que 1 em cada 5 alunos já foi vítima desse tipo de agressão. O estudo mostrou que os locais mais comuns de violência são os pátios de recreio, em 78% dos casos, seguidos dos corredores (31,5%).

Na Espanha, o nível de incidência de bullying já chega a 20% entre os alunos. O percentual assusta as autoridades espanholas, que já desenvolvem ações para coibir a prática.

A Grã-Bretanha também está apreensiva com a maior incidência de ocorrências. Foi apurado, em pesquisa, que 37% dos alunos do 1º grau das escolas britânicas admitiram que sofram bullying pelo menos uma vez por semana.

O tema desperta o interesse de pesquisadores dos Estados Unidos, onde o fenômeno de violência foge do

controle. Estima-se que até 35% das crianças em idade escolar estão envolvidas em alguma forma de agressão e de violência na escola.

Em Colorado (EUA), 2 adolescentes do ensino médio mataram 13 pessoas e deixaram dezenas de feridos, em um repentino ataque com arma de fogo. Após o ato, cometeram suicídio. Os agressores sofriam constantes humilhações dos colegas de escola.

No Brasil, não há pesquisas recentes sobre o bullying, muito embora seja evidente o aumento do número de agressões e atos de discriminação e humilhação em ambiente escolar.

Estudo feito pela Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência (ABRAPIA), em 2002, no Rio de Janeiro, com 5 mil 875 estudantes de 5ª a 8ª séries, de 11 escolas fluminenses, revelou que 40,5% dos entrevistados confessaram o envolvimento direto em atos de bullying.

No Paraná, faltam estatísticas oficiais sobre esse tipo de agressão.

Como consequência do agravamento das ocorrências de bullying, pais de aluno ameaçam processar a escola, acusando professores e Diretores de falta de supervisão, principalmente em atos de violação dos direitos civis e de discriminação racial ou de assédio moral.

Nas ações, os pais requerem indenizações por danos patrimoniais e morais. A responsabilidade da escola é objetiva, ou seja, não precisa provar a intenção, basta a comprovação da omissão.

O bullying é uma forma de agressão que afeta a alma das pessoas. Pode provocar, nas vítimas, um sentimento de isolamento. Outros efeitos são a redução do rendimento escolar e atos de violência contra si e terceiros.

Em 2004, um aluno de 18 anos de uma escola de Taiúva (SP) feriu 8 pessoas com disparos de um revólver calibre 38, suicidando-se em seguida. O jovem era obeso e, por isso, vítima constante de apelidos humilhantes, alvo de gargalhadas e sussurros pelos corredores.

O modo como os adolescentes agem em sala de aula, com a colocação de apelidos nos seus colegas, pode contribuir para que pessoas agredidas não atinjam plenamente o seu desenvolvimento educacional. São atitudes comportamentais que provocam fissuras que podem durar para a vida toda.

Criar um estigma ou um rótulo sobre as pessoas é como pré conceituá-las, ou seja, praticar o bullying. Além de ser uma agressão moral, é uma atitude de humilhação que pode deixar seqüelas emocionais à vítima. Outros exemplos são os comentários pejorativos sobre peso, altura, cor da pele, tipo de cabelo, gosto musical, entre outros.

A instituição de programa de combate ao bullying nas escolas vai permitir o desenvolvimento de ações de solidariedade e de resgate de valores de cidadania, tolerância, respeito mútuo entre alunos e docentes. Estimular e valorizar as individualidades do aluno. A iniciativa pre-

tende ainda potencializar as eventuais diferenças, canalizando-as para aspectos positivos que resultem na melhoria da auto-estima dos nossos estudantes.

PROJETO DE LEI Nº 613/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Conselheiro do Tribunal de Contas, Dr. Caio Marcio Nogueira Soares.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21.08.07.

(a) FÁBIO CAMARGO

JUSTIFICATIVA:

É merecedor desta homenagem, Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, Sr. Caio Marcio Nogueira Soares, por todas as benfeitorias e prestação de serviços à população paranaense no decorrer de sua vida pública.

PROJETO DE LEI Nº 614/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Mário Celso Cunha.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21.08.07.

(a) FÁBIO CAMARGO

JUSTIFICATIVA:

Breve histórico do homenageado:

1976 - Eleito Vereador em Curitiba pelo MDB. Foi Líder da Bancada do MDB na Câmara Municipal de Curitiba.

1978 - Eleito Deputado Estadual pelo MDB. Foi Vice-Líder da bancada na Assembléia Legislativa e Presidente da CPI do Menor Abandonado.

1982 - Com 19 mil votos ficou na 1ª suplência de Deputado Estadual pelo MDB. Foi Assessor de Imprensa do Prefeito Maurício Fruet. Foi Secretário particular do mesmo Prefeito Fruet até 1986.

1986 - Foi Assessor de Gabinete do Prefeito Roberto Requião. Foi Secretário Municipal do Menor na administração do Requião.

1987 - Foi Assessor de Gabinete do Governador Álvaro Dias.

1988 - Eleito Vereador em Curitiba (PMDB). Foi Vice-Presidente da Câmara Municipal de Curitiba. Foi Líder da Bancada do PMDB até abril de 1991. Foi Prefeito Municipal de Curitiba (interino) substituindo ao

Prefeito Jaime Lerner (PDT) por 3 dias em junho de 1991.

1992 - Reeleito Vereador com 4 mil 378 votos (3º mandato de Vereador).

1993 - Eleito Presidente da Câmara Municipal de Curitiba para o período de 1993 a 1994.

1994 - Foi Prefeito Municipal de Curitiba (interino) substituindo ao Prefeito Rafael Greca de Macedo por 12 dias no período de 04 a 15 de junho. Posteriormente assumiu novamente a Prefeitura de forma interina.

1996 - Reeleito Vereador com 8 mil 481 votos (4º mandato de Vereador).

1997 - Passou a integrar a Bancada do PFL a convite do Prefeito Cássio Taniguchi, que abonou a sua ficha de filiação partidária.

1999 - Líder do Prefeito Cássio Taniguchi na Câmara Municipal de Curitiba.

2000 - Reconduzido ao cargo de Líder do Prefeito na Câmara Municipal de Curitiba com 7 mil 280 votos (mais votos que 11 Vereadores eleitos) ficou na 1ª suplência do PFL na eleição do dia 1º de outubro de 2000.

2001 - Assumiu a vaga na Câmara Municipal de Curitiba face a renúncia do Vereador Custódio da Silva, que assumiu uma cadeira na Assembléia Legislativa. Passou a ser Vereador efetivo (5º mandato de Vereador). Reconduzido ao cargo de Líder do Prefeito na Câmara Municipal de Curitiba.

Autor de mais de 300 projetos de lei, autor de milhares de requerimentos e proposições legislativas. Presidiu diversas comissões permanentes durante os seus mandatos. Participou de diversos seminários e convenções representando os Parlamentos onde atuou. Recebeu mais de uma centena de honrarias entre diplomas, troféus e títulos.

2004 - Reeleito Vereador com 8 mil 342 votos (6º mandato de Vereador).

2005 - Escolhido pelo Prefeito Beto Richa (PSDB) como seu Líder na Câmara Municipal. Em agosto do mesmo ano filiou-se ao PSDB.

2006 - Indicado pelo Prefeito Beto Richa (PSDB) para continuar na Liderança do Governo na Câmara Municipal de Curitiba.

- Jornalista profissional, registro nº 450 do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Paraná. Radialista há mais de 30 anos, sendo atualmente Diretor do Sindicato dos Radialistas do Paraná (Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Radiodifusão no Estado do Paraná - administração do Presidente Newton Martins de Oliveira).

- Criador, Diretor e apresentador do programa de televisão Espaço Aberto (gerado pelas emissoras TV Iguaçu - Curitiba, TV Tibagi - Apucarana, TV Naipi - Foz do Iguaçu e TV Cidade - Londrina).

- Comentarista esportivo e político. Atuou em diversas emissoras de rádio, inclusive nas 2 de propriedade do apresentador Ratinho (SBT): Rádio Eldorado,

AM, e BAND - FM. Nas duas emissoras comandava o Programa Mario Celso.

- Foi Diretor das Rádios Cruzeiro do Sul e Cultura (Curitiba) e Eldorado (Blumenau).

Trabalhou também nas Rádios Clube Paranaense, Universo, Independência e Emissora Paranaense (Curitiba) e Rádio Blumenau (SC).

- Apresentou programas de auditório nas Rádios Independência, Cultura e Clube Paranaense.

- Apresentou e dirigiu programas nas seguintes emissoras de televisão: TV Paranaense - Canal 12 (Rede Globo), TV Iguaçu - Canal 4 (SBT), TV Paraná - Canal 6 (hoje CNT) e TV Independência - Canal 7 (Record). Foi Coordenador da Discoteca do Chacrinha (TV Excelsior do Rio) e auxiliar de produção do Programa Flávio Cavalcanti (TV Excelsior Rio).

- Produtor e apresentador do Programa + Saúde na TV Paraná Educativa em rede nacional.

2007 - Rádio Difusora AM 590 Khz, Programa A Simpatia está no Ar.

PROJETO DE LEI Nº 615/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam incluídos, como programa complementar obrigatório dos Jogos Abertos do Estado do Paraná, dos Jogos da Juventude do Estado do Paraná, dos Jogos Colegiais do Estado do Paraná e dos Jogos Universitários do Estado do Paraná, a realização de competições para atletas portadores de necessidades especiais.

Art. 2º O Paraná Esporte agendará as competições para atletas portadores de necessidades especiais, logo após a realização dos jogos descritos no *caput* do artigo 1º, aproveitando as praças esportivas e acomodações utilizadas, com as adaptações necessárias.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21.08.07.

(a) MARCELO RANGEL

JUSTIFICATIVA:

O referido projeto de lei objetiva incluir os atletas portadores de necessidades especiais nos jogos programados pelo Paraná Esporte.

A integração das pessoas portadoras de deficiência insere-se no conjunto do processo político, econômico e social, e exige a formulação e o desenvolvimento de programas nos diferentes níveis da administração e a conjugação de esforços de todos os segmentos da organização social e da vida coletiva. Os indivíduos sofrem no corpo e na mente as deficiências que o atingem, o preconceito e o desconhecimento ferem a cidadania, e afetam a organização da sociedade.

Desta forma esperamos o devido apoio e a consequente aprovação desta colenda Casa ao projeto de lei apresentado.

PROJETO DE LEI Nº 616/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído o POU-PATEMPO - Centrais de Atendimento ao Cidadão - Programa do Governo do Paraná que se caracteriza pela inovação nas maneiras de atender ao cidadão, na busca de transformações essenciais à qualidade dos serviços prestados pelos diversos órgãos e entidades públicos.

Art. 2º A coordenação e o gerenciamento do POU-PATEMPO - Centrais de Atendimento ao Cidadão, será regulamentada pelo Poder Executivo.

Art. 3º Os serviços que estarão disponíveis nas Centrais de Atendimento ao Cidadão serão prestados pelos órgãos e entidades competentes, sendo o atendimento individual e direto ao cidadão.

Art. 4º As Centrais de Atendimento ao Cidadão serão implantadas com os seguintes objetivos:

I - concentrar em um único espaço físico a prestação de diversos serviços públicos;

II - dar atendimento proporcionando diminuição de tempo e de custo para o cidadão;

III - propiciar ao cidadão alto padrão de atendimento com qualidade e eficiência;

IV - acolher, orientar e informar a população sobre os procedimentos necessários para o acesso aos serviços disponíveis.

Art. 5º A instalação e o adequado funcionamento de cada Central de Atendimento ao Cidadão contarão, no que couber, com servidores públicos estaduais, da administração direta ou das autarquias, que para esse fim vierem a ser selecionados, treinados e requisitados.

Art. 6º A seleção, o treinamento e a requisição de que trata o artigo anterior serão feitos de forma centralizada, conforme a regulamentação do Poder Executivo.

Art. 7º Os servidores selecionados serão requisitados pela Secretaria do Governo junto a seus órgãos de origem, para o desempenho das atividades nas Centrais de Atendimento ao Cidadão, corresponde a:

I - atividades de orientação ao público;

II - atividades de atendimento ao público.

Art. 8º Os Secretários de Estado, os Superintendentes ou o Procurador-Geral do Estado poderão designar os servidores selecionados para o desempenho das

atividades iniciadas na requisição a que se refere o artigo anterior.

Art. 9º Os Secretários de Estado, os Superintendentes ou o Procurador-Geral de Estado poderão também designar servidores para o desempenho de atividades de supervisão, devendo, neste caso, o servidor pertencer ao Quadro do órgão prestador de serviços no POUPATEMPO.

Art. 10. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21.08.07.

(a) DR. BATISTA

JUSTIFICATIVA:

A proposta apresentada dispõe sobre a instituição do Programa POUPATEMPO - Centrais de Atendimento ao Cidadão.

Este programa se caracteriza pela inovação nas maneiras de atender o cidadão, visando maior qualidade dos serviços prestados pelos órgãos e entidades públicas.

O projeto tem relevante interesse social, e acarretará benefícios às partes envolvidas, pois objetiva uma melhoria da qualidade no atendimento aos cidadãos paranaenses, concentrando em um único espaço público.

Desta forma esperamos o devido apoio e a conseqüente aprovação desta colenda Casa ao projeto de lei apresentado.

PROJETO DE LEI Nº 617/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública estadual o Instituto Comunicar & Crescer, com sede e foro no município de Londrina.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21.08.07.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

JUSTIFICATIVA:

O Instituto Comunicar & Crescer é uma associação sem fins lucrativos, cujos objetivos estão voltados à educação e à promoção da educação de pessoas portadoras de necessidades especiais, ao mesmo tempo em que promove o voluntariado voltado ao atendimento à educação dos portadores de necessidades especiais, e outras atividades de assistência social aos portadores de necessidades especiais.

Teve suas atividades iniciadas já no ano de 2003, tendo sido reconhecido como entidade de utilidade pública em 2004 pelo município de Londrina. Seus projetos e sua inserção são amplamente reconhecidos pelos londrinenses e por inúmeros municípios da região, com destaque para o Projeto Cidadão Especial, que desde

2003 vem promovendo a educação dos portadores de necessidades especiais.

Garantir os direitos dos cidadãos portadores de necessidades especiais, garantir o respeito e sua inserção na sociedade são exemplos das atividades hodiernas dessa instituição que queremos declarar de utilidade pública. Outros projetos já receberam até o timbre do Governo Federal com apoio financeiro, como é o caso do Projeto Nossos Talentos.

Enfim, ao analisar o relatório de atividades, seu estatuto e observar o trabalho desenvolvido por essa instituição, tenho certeza de que a Assembléia Legislativa é que se engrandece ao conceder a utilidade pública estadual para o Instituto Comunicar & Crescer.

PROJETO DE LEI Nº 618/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública estadual o Hoftalon Centro de Estudos e Pesquisa da Visão, com sede e foro no município de Londrina.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21.08.07.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

JUSTIFICATIVA:

O Hospital de Olhos de Londrina, conhecido legalmente como Hoftalon Centro de Estudos e Pesquisa da Visão, é uma OSCIP, Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (MJ nº 08071.000146/2005-46), já foi declarada de utilidade pública pelo município de Londrina em 2005.

Teve suas atividades iniciadas enquanto Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Visão em início de 2005, com objetivos de desenvolver atividades de assistência à saúde, promover o voluntariado, administrar e manter hospital, clínica e laboratório, desenvolver assistência social e campanhas de prevenção, entre outras atividades de saúde e promoção social.

Suas atividades na promoção da oftalmologia, na busca por melhorar a qualidade técnica e científica dos médicos oftalmologistas são muito conhecidas e atingem toda a comunidade de Londrina e região. Apenas o fato de ser uma OSCIP já qualificaria essa entidade a receber o reconhecimento estadual de utilidade pública. Suas atividades mais do que qualificam essa entidade. O Projeto Primeiros Olhares é um exemplo dessa luta.

Enfim, ao analisar o relatório de atividades, seu estatuto e observar o trabalho desenvolvido por essa instituição, tenho certeza da vênica de todos Parlamentares na declaração de utilidade pública do Hoftalon.

PROJETO DE LEI Nº 619/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica criado o Programa de Acessibilidade nas Escolas da Rede Pública de Ensino do Estado do Paraná.

Art. 2º O Programa de Acessibilidade nas Escolas da Rede Pública de Ensino do Estado do Paraná consiste em realização de obras para que os alunos, portadores de necessidades especiais, tenham acesso total às dependências dos estabelecimentos escolares.

Parágrafo Único. Entende-se por dependências dos estabelecimentos escolares: as salas de aulas, os sanitários, as cantinas e os demais recintos permitidos aos demais alunos.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21.08.07.

(a) MARCELO RANGEL

JUSTIFICATIVA:

O referido projeto de lei objetiva criar o Programa de Acessibilidade nas Escolas da Rede Pública de Ensino do Estado do Paraná.

É responsabilidade de cada um manter viva a cidadania em todos os momentos e ambientes de nossas vidas. O ambiente é de extrema importância no dia-a-dia de todos e a responsabilidade de ter uma relação de bem-estar com as pessoas que o utilizam.

Sabe-se que é difícil ter um padrão muito correto em todos os locais de acesso da população e ainda estamos longe de poder favorecer a todos o direito de ir e vir, principalmente quando se trata de pessoas com necessidades especiais, sejam elas de qualquer natureza. Neste quadro encontramos uma situação bastante agravante quando reduzimos esta busca pelo acesso às escolas e quando tratamos de crianças que são ainda mais excluídas. Pode-se observar que em escolas públicas este acesso é ainda mais deficitário e está longe de uma solução.

Desta forma, esperamos o devido apoio e a conseqüente aprovação desta colenda Casa ao projeto de lei apresentado.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (Pela Ordem)

Nobre Presidente, com todo este charme e liderança, mas o plenário está vazio, parece feriado religioso, de guarda. Pediria a chamada nominal, para fazer a "meninada" comparecer para trabalhar.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Nobre Deputado Belinati, gostaria da sua compreensão, os nossos nobres colegas estão, neste momento, dirigindo-se ao plenário, saindo da sala das comissões, da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (Pela Ordem)

Mas, nobre Presidente, vamos fazer um debate para quem? Em respeito às pessoas que estão aqui?

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Gostaria, neste momento, que o Plenário pudesse, enquanto os colegas adentram ao plenário, saudar a nossa Miss Simpatia, a Sra. Ermínia, de 82 anos, natural do Rio Grande do Sul, moradora do bairro de Santa Felicidade, em Curitiba, há 60 anos, que é Miss Simpatia do Paraná e veio nos visitar. Gostaria que a dona Ermínia fosse recebida por esta Casa. Realmente, é uma simpatia a nossa Miss Simpatia, a Sra. Ermínia.

Solicito ao Deputado Antonio Belinati se o senhor retira a chamada nominal ou quer que proceda a leitura.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (Pela Ordem)

O charme de V. Exa. é tão grande que vou me curvar diante deste apelo sentimental. Mas, que pega mal para a Casa, pega.

Pequeno Expediente:

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

No horário destinado ao Pequeno Expediente, concedemos a palavra ao Dr. Batista.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Pela ordem, Sra. Presidente.

(Assentimento)

Apenas para registrar a presença entre nós, das lideranças de Pitanga, a Inês, o José e a Eliane, que estão aqui conosco.

Obrigado.

A SR. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Devidamente registrado. Sintam-se em casa e muito obrigada pela visita! Um abraço aos moradores da cidade de Pitanga.

Com a palavra o Deputado Dr. Batista.

Deputado Dr. Batista (PMN)

O SR. DR. BATISTA

Sra. Presidente em exercício, Deputada Cida Borghetti; 1º Secretário em exercício, Deputado Edgar Bueno; 2ª Secretária, Deputada Luciana; Srs. e Sras. Deputados e imprensa.

Sra. Presidente, hoje estou dando entrada em um projeto de lei nesta Casa de Leis para a apreciação dos nobres colegas, um projeto que mexe com a vida humana, projeto no qual a minha cidade, a nossa cidade, a nossa região de Maringá e toda a região, cidade também da Deputada Cida Borghetti e do Deputado Nishimori, há tempos, mais de 5 mil pessoas infectadas com o vírus do mosquito da dengue. É impressionante como uma cidade do tamanho de Maringá, onde temos bosques, tem real-

mente uma área florestal muito grande e é considerada a cidade mais arborizada do Brasil, onde tem um hospedeiro muito grande nas matas, que são os macacos, que são hospedeiros do vírus do mosquito da dengue.

Então, estamos vendo aqui um projeto de orientação. Gostaria que os nobres Deputado que sabem que a dengue não é brincadeira, pois sabemos que a dengue mata, sabemos que a dengue se torna hemorrágica e está chegando aqui o nosso colega Deputado Teruo, que teve a infelicidade de ter o contato com esse mosquito, o mosquito da dengue. Olha, só quem realmente teve contato com esse vírus pode dizer o que é. Deputado Edgar Bueno, pense em uma febre acima de 40 graus, pense em uma cefaléia, em uma tontura, uma confusão mental, pois isso é provocado por esse mosquito. É aquela doença que ouvi muito tempo chamarem de doença quebra ossos. Acho que vocês já ouviram muito falar nessa doença, que é a famosa doença provocada pelo mosquito da dengue, o *aedes aegypti*.

Então gente, nós aqui apresentamos um projeto de orientação. Essa orientação para que todos os colegas apreciem bem esse projeto e tem uma observação que é curiosa: vocês que são caçadores, pescadores ou aqueles que adentram às matas às vezes ficam assustados com os mosquitos, mas esse mosquito só ataca na parte da manhã e na parte da tarde, diferente dos outros mosquitos, que só atacam à noite. Então, esse mosquito da dengue traz uma patologia tão séria que pode causar uma hemorragia nasal, hemorragia gengival e várias hemorragias pelo corpo, levando até à morte.

Por isso, peço a todos os Deputados a compreensão e peço o seu voto para que esse projeto seja aprovado, por unanimidade, pelos presentes.

Muito obrigado Sra. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Gostaria de justificar aos nobres colegas Deputados, à imprensa, a ausência do nosso colega Deputado, Presidente Nelson Justus, que neste momento se encontra em Brasília, capital federal, em Audiência com várias autoridades e Ministros.

Com a palavra, ainda no Pequeno Expediente, Deputado Jocelito Canto, por 5 minutos.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Estive ontem em companhia do Deputado Artagão Júnior e do Deputado Edson Praczyk, na condição de membros da Comissão de Fiscalização, lá no barracão, às margens da Granja do Canguiri, e fomos verificar *in loco* as televisões laranjadas. E, não para nossa surpresa, porque o Deputado Artagão já havia nos dito, as televisões laranjas, tinha quase 9 mil televisores lá. As televisões, Deputado Rossoni, estavam lá com as entradas como determina, filmamos, tiramos fotos, abrimos as caixas

aleatoriamente, escolhemos 2 lugares, e lá estão quase 9 mil televisores. Então, esta questão técnica, Deputado Artagão, acho que está superada. As televisões laranjas, eu só não gostei da cor porque ela deixa uma margem de "laranjisse" no ar, só a cor. Então, poderia ter feito azul, amarelo, mas não laranja; laranja dá essa conotação de "laranjisse".

Mas eu, como disse ao Deputado Artagão, não sou técnico na área de contabilidade nessa questão de eletrônica, mas eu já estou trabalhando na licitação. Vou solicitar, amanhã, na reunião da Comissão de Fiscalização, uma cópia do edital inteiro, do pregão, porque estou com alguns dados que quero fazer análise da licitação. Quanto à questão do aparelho, os aparelhos estão lá. Não há dúvida nenhuma, havia aquela informação de que havia 3 mil televisores lá; não, há quase 9 mil televisores, fizemos uma contagem, filmamos, e as televisões estão lá. Então, as TVs laranjas estão lá. Agora eu só quero discutir a licitação e vamos ter uma surpresinha pela frente, na sequência desse caso, mas da licitação. Isso é um papo para a sequência.

Queria também, depois na sequência, Sra. Presidente, Srs. Deputados, no horário do PTB, depois vou falar aqui do requerimento que estamos entrando hoje, só falta a assinatura do Deputado Plauto, que estamos pedindo a retirada do nome do Hospital Regional de Ponta Grossa. Houve aqui uma manobra do Governo para não colocar o nome de um cidadão que morreu acidentado em Ponta Grossa, e houve uma manobra estratégica do Governo. Vamos respeitar a manobra, porque toda manobra deve ser respeitada, até as manobras que nos fazem mal. Mas é aquele ditado do Poder Legislativo: a maioria manda e a minoria grita, esperneia, mas obedece.

Daqui a pouco voltarei a esse tema, vou contar a história do Edifício das Araucárias. Vem aí a história das araucárias. Aguardem!

Muito obrigado!

Grande Expediente:

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

No Grande Expediente, com a palavra o Deputado Geraldo Cartário.

Deputado Geraldo Cartário (Sem Partido)

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O que me traz à tribuna no dia de hoje é para protestar contra a pessoa do Sr. Antonio Belinati.

Não posso aceitar que o Deputado Belinati queira ganhar o troféu de ser o Deputado com maior número de denúncias correndo na Justiça do Paraná.

V. Exa. já foi Prefeito, Vereador, Deputado Federal, mas em número de mandatos estou ganhando de

V. Exa. Ainda mais que em minha cidade nunca perdi a eleição, não consegui perder.

Por essa razão, quero que V. Exa. continue, conforme a Gazeta do Povo determinou hoje, que sou o campeão e V. Exa. é o vice-campeão. Não aceito a Folha de Londrina quando diz que V. Exa. é campeão e eu sou o vice-campeão. Certamente é um bairrismo regional. Enquanto a Folha de Londrina é do norte do Paraná, fica enaltecendo V. Exa. com o troféu de campeão. Eu, sendo aqui do sul, estou sendo mais prestigiado pela Gazeta do Povo.

E o terceiro colocado é o Deputado Jocelito Canto. Concedo um aparte ao Deputado Canto.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

V. Exa. sempre fez grandes comentários aqui a favor da Gazeta do Povo. Parabéns à Gazeta do Povo. Muito obrigado!

O SR. GERALDO CARTÁRIO (Sem Partido)

E continuo fazendo, não só para a Gazeta do Povo, mas também à Folha de Londrina que não faltaram com a verdade. Essa é a razão que me trouxe aqui.

Eu, o Deputado Belinati e o Deputado Jocelito somos originados do rádio, da comunicação. Quem somos nós para agredir as origens, concorda Dr. Belinati?

Sra. Presidente desta Sessão, entendo que alguns Juízes ainda não entenderam a palavra Parlamentar. Não entenderam o que é um Parlamento e as atribuições de um Deputado.

Os processos que eu tenho é porque eu falo. Os processos que eu tenho é porque eu critico a administração, mas dentro dos parâmetros.

Eu tenho, aqui, diversos requerimentos assinados pedindo ao Poder Público, por exemplo, um deles diz assim: "Exmo. Sr. Prefeito da Fazenda Rio Grande, vimos respeitosamente perante V. Exa. expor que a Sra. Adelma Caetano, residente da Travessa Arapoti, nº 100, Bairro dos Estados, município de Fazenda Rio Grande, alega que a rua onde reside encontra-se com acúmulo de lixo, causando mau cheiro e proliferação de ratos, baratas e insetos." Dobrandino, V. Exa. foi Prefeito, eu recebi um processo por causa deste requerimento e, pior do que isso, o Tribunal de Justiça recebeu a denúncia para que eu seja processado, porque defendi a população neste requerimento.

No meu gabinete eu tenho à disposição mais de 5 mil requerimentos de 2002, 2003, 2004, 2005 e 2006. Aqui tenho um requerimento que diz o seguinte: "A Sra. Josiane Cavalheiro, moradora no Bairro das Nações, R. México, nº 137, Fazenda Rio Grande, encontra-se enferma (leucemia) e necessita dos medicamentos relacionados para tratamento de saúde. Receita médica em anexo. A requerente não possui condições financeiras para comprá-los."

Mais um processo, porque acabei dando esse medicamento e o Tribunal Regional Eleitoral entende que

o Deputado, apesar de ter o salário pago pelo povo, de ter verba, não pode dar nem cadeiras de rodas, nem óculos, nem medicamentos. Nós Deputados não podemos ajudar no transporte de pessoas necessitadas, como neste caso, porque estaremos incluídos num processo eleitoral, porque para nós Deputados, nos 4 anos estamos em campanha. Não existe aquele negócio de período eleitoral. Nos 4 anos, quando oferecemos alguma coisa a alguém, se denunciados, já vamos responder processo e, em alguns casos, revertidos em cassação de registro.

Tenho outro requerimento do Sr. Azevedo Penteadado, também morador na R. Santa Terezinha, que diz que não tem condições de continuar pagando iluminação pública, porque a COPEL não leva a lâmpada, quando sabemos, principalmente quem foi Prefeito, que a lâmpada quem coloca é a Prefeitura, porque é ela quem recebe o dinheiro da iluminação pública, não é a COPEL. É precisamente a Prefeitura que recebe um bom dinheiro. No entanto, as ruas ficam sem iluminação, porque o dinheiro arrecadado - essa taxa de iluminação pública - é revertida em campanha de Prefeito à reeleição, em campanha do filho do Prefeito, mas não faz a iluminação necessária.

Tenho outros requerimentos, inclusive tenho o famoso requerimento que levou S. Exas. do TRE a me cassar o registro porque, em alguns pronunciamentos, ligações de pessoas que recebia lá na rádio, as pessoas não aceitavam pagar a taxa de lixo na conta da SANEPAR. Em Curitiba, o Prefeito Beto Richa não cobra a taxa de lixo na conta da SANEPAR. Não sei se o Belinati, quando Prefeito, o Dobrandino quando Prefeito, e outros que foram Prefeitos, cobravam essa taxa de lixo na conta da SANEPAR. Tenho aqui diversos requerimentos, todos eles protocolados com o número do protocolo da Prefeitura, onde se cobra a taxa de lixo.

Aquele dia o Presidente da SANEPAR ligou na rádio e falou: "Cartário, é só a pessoa não querer pagar e pede a exclusão". Fiz e assim fui cassado no TRE, porque requerimentos iguais a esse, mais de 2000 foram entregues à SANEPAR para não cobrar a taxa de lixo.

Agora, estamos nos deparando com a publicação feita no dia de hoje, pela imprensa do estado. Entre outras coisas, a imprensa fala dos processos. Pergunto a esta Casa e ao povo do Paraná: qual a atribuição que um Deputado tem? Podemos contratar obra? Essa pergunta quero que haja uma reflexão, inclusive que a própria imprensa diga: nós podemos intermediar obras junto a empreiteiras? Podemos nos somar à arrecadação do dinheiro da água, da COPEL, da SANEPAR? Apenas podemos aqui nesta Casa, e as prerrogativas existem, é de defender a população como um todo. Apenas isso. O Parlamentar tem o direito e o dever de discutir, de brigar, de ofender até muitas vezes e de criticar todos os segmentos das autoridades constituídas, porque recebemos um pagamento para defendermos a população.

Agora, lá no caso desses processos contra mim, a imprensa, não sei se foi bondosa, ou quis omitir, eles

falam que tenho 26 processos. Vinte e seis processos eu tenho só do Prefeito Wandscheer. Isso no TJ aqui no Paraná. Não contando os processos do filho dele, candidato a Deputado, que devo ter mais uns 30 lá no TRE. Somando-se 3 que estão lá em Brasília, do Tribunal Eleitoral, vou para sessenta e poucos processos. Sabe quando você vai ganhar de mim, Belinati? Vai ser difícil! Porque eu não vou silenciar, vou continuar defendendo a população.

O que não é justo, é o Prefeito denunciar que a minha rádio tocou a música do Tiririca - fala assim: "Toninho, não. Mamãe, Toninho não". Ora, não compus a música, não sou o Tiririca, apesar de ser admirador dele. Sabem a resposta do TRE? Que nós podíamos estar desagrando S. Exa. o Prefeito da cidade. Aí, a música do Tiririca me deu uma multa de R\$ 30 mil e a rádio saiu do ar por 48 horas.

No seguimento, na rádio eu coloco aquela música "Amigo" do Roberto Carlos. Ora, o Roberto não me conhece, ele não fez essa música para mim, essa música que tocamos na rádio eu a tocava também em campanha, nos meus automóveis de som. Aconteceu que o TRE me deu uma multa de R\$ 100 mil porque toquei a música "Amigo" do Roberto Carlos e me tirou a emissora do ar, a pedido do Prefeito de Fazenda Rio Grande, por 10 dias.

Esta é a justiça que enfrentei.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Nobre Deputado, V. Exa. pode mandar um ofício na próxima eleição para saber quais as músicas que podem tocar. Resolvido o problema.

O SR. GERALDO CARTÁRIO (Sem Partido)

Sei que no seu programa cabe muito bem a música "Amigo", porque V. Exa. é um amigo do povo e eu também sou. Se não o fosse, não teria 33 anos de mandato e sempre o mais votado. Não sei o que é perder eleição até hoje, logicamente, por eu me espelhar um pouco na música "Amigo" do Roberto Carlos. Fico muito feliz com essas denúncias.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, é incrível que quando apresento requerimentos e protesto, por exemplo, falei na rádio que a sobrinha do Prefeito - com todo o respeito ao Dobrandino, que é de Foz do Iguaçu - filha de um ex-Vereador desta cidade, que hoje é o todo poderoso de Foz do Iguaçu, até a próxima eleição, que fique bem claro. A filha desse Secretário pegou os livros que o Presidente Lula e o Ministro da Educação, com muito esforço mandaram para a cidade, colocou dentro do carro da Prefeitura - era um dia quente - veio para Curitiba, trocou os livros por dinheiro e comprou sorvetes para saborear e as crianças do município ficaram sem livros.

Eu seria muito covarde se não falasse na rádio, sabendo que foram roubados os livros, por uma sobrinha do Prefeito e que estes foram transformados em dinheiro. Não sou de denunciar. Não tenho estirpe de dedo-duro,

mas na rádio este é o meu papel, como também na tribuna.

Denunciei e o inquérito está na delegacia, parado, porque o Prefeito manda na delegacia. Com todo o respeito ao Governador e ao Secretário da Segurança, mas na Fazenda Rio Grande eles não mandam nada. Na Fazenda Rio Grande quem manda é quem tem maquininhas caça-níqueis funcionando. Não é o Governador que manda, é o Prefeito. Amigo dele, parente dele, não tem problema. Ele continua lá com o inquérito dos livros parado.

Ele entrou com um processo aqui no Tribunal de Justiça e este esqueceu que o Parlamentar tem imunidade para falar. Não quero imunidade nenhuma! Se eu roubar, se eu estuprar, se eu for gangster ou se eu for contrabandista! Mas para falar, meus amigos, se eu não fosse Deputado, eu não estaria com 60 processos, porque ninguém processa ou chuta cachorro morto, meu amigo Mil-tinho.

Eu coloco as coisas no seu devido lugar. Recebi denúncias, onde tinha pontos de drogas na cidade, encaminhei para o Secretário da Segurança, sigilosamente, secretamente, e ele, como se trata de amigo do Prefeito da Fazenda, levaram essa indicação minha para as autoridades da delegacia - e eu, sujeito até perder a vida, porque os traficantes souberam que denunciei - ficou por isso mesmo. E ainda recebi um processo, porque denunciei que tinha gente da Prefeitura participando disso. Então, estamos nesta situação.

Gostaria que os jornais que falaram dos processos que nós temos, que ele minuciasse e citasse todas as denúncias, os processos em andamento, de acordo com o nome, porque daí o Paraná ficará estarecido. Vão falar: "O Deputado Cartário está sendo denunciado, 60 processos da mesma pessoa, o mesmo denunciante". No Direito isso se chama de crime continuado. Não pode existir crime continuado desta forma, através de denúncia. Logicamente que todos os 60 processos são de Wandscheer e Companhia Ltda., e S/A, e diabo e tal, tal, tal, todos esse processos. E o pior é que o povo do Paraná clama por justiça. O povo do Paraná tem ações na Justiça, para um simples usucapião está há 5 anos esperando uma decisão da justiça. Por quê? Porque o Tribunal está se preocupando em receber denúncias contra Parlamentares, não respeitando e não analisando - uma vez mais, digo - o direito que o Parlamentar tem de falar nesta tribuna como advogado para defender o réu junto ao corpo de jurados, ele tem todo o direito e todas as prerrogativas.

Peço que a presidência desta Casa, a Mesa Executiva, faça valer as prerrogativas que os Parlamentares têm no direito de falar, de se expressar, porque, caso contrário, vamos acabar com esta tribuna, com este plenário, porque aqui não é mais a Casa do Povo, aqui é a Casa do Judiciário, que temos que beijar a mão e abaixar a cabeça. Não posso ser processado por ter falado, isso está na Constituição do Brasil. E o Paraná faz parte do contexto nacional. Temos o direito de falar, de criticar, como

a imprensa tem o direito de falar. Eu não estou protestando contra a imprensa, pelo contrário; estou enaltecendo o trabalho da imprensa, como os radialistas têm o direito de falar, como os Deputados têm o direito de falar, como os Vereadores têm o direito de falar. Não participamos e não entregamos nenhum movimento de mensalão. Mensalão fecha a boca do Vereador. Mensalão fecha a boca do Deputado. Mensalão é aquele que recebe extra para fechar a boca. E eu não fecho a boca, eu não tenho mensalão.

Olha, todos estes que aqui estão, (mostra os processos em sua mão), nossa, aqui dá mais de 60! Todos esses processos são do Prefeito de Fazenda Rio Grande e do filho dele, todos, estão todos aqui à disposição de quem quiser, porque eu falei da taxa de lixo, porque eu defendi, porque a pessoa foi ao posto de saúde e foi maltratada, porque um guarda municipal entrou em uma residência e lá matou um rapaz de 22 anos, V. Exa. sabe. E eu pergunto: por que o Judiciário não fecha a boca, por exemplo, da Tribuna do Paraná? A Tribuna do Paraná tem uma foto que diz o seguinte: "Grito por socorro. Grito por socorro". É a manchete da página. Sabe que grito é esse? É de uma senhora que foi assaltada 8 vezes na cidade de Fazenda Rio Grande. Isso aqui eu não inventei, isso está no Jornal Tribuna do Paraná, um jornal muito bem comandado pela grande figura política que foi no Paraná e é, Paulo Pimentel. Ele é um homem sério, o jornal é sério, está aqui: 8 vezes essa senhora foi assaltada. E o Prefeito dá entrevista, paga com o dinheiro do povo, dizendo que a Fazenda Rio Grande é uma maravilha, porque ele tem lotes para vender, essa é a bronca dele.

Ele, por exemplo, comprou um terreno de R\$ 80 mil. E, logo em seguida, enganou a poderosa Caixa Econômica Federal. A Caixa Econômica Federal que também solta dinheiro "adoidado" para alguns órgãos de imprensa e para outros não dá nada, essa Caixa Econômica Federal tão forte, deixou se enganar, porque o Prefeito comprou por R\$ 80 mil e vendeu por 1 milhão e 100, assim, de repente, sem fazer nada.

Bom, nessa altura, eu denunciei, mas é uma obrigação minha, porque a Caixa Econômica Federal repassa o custo do terreno ao coitado do trabalhador que vai pagar a prestação da casa, eu denunciei. O Tribunal de Justiça recebeu a denúncia para me processar.

Então, não tem jeito! Mas, eu continuo tendo jeito, sim, porque quero continuar na luta nessa trincheira da democracia, falando em benefício da população não só da Fazenda Rio Grande, mas de tantos municípios que me deram 62 mil votos, sem apoio do Governo, uma eleição muito difícil para mim, porque até hoje tem gente que chega perto de mim e diz: "Cartário, eu recebi o jornal lá em casa e lá falava que você estava cassado, por isso não votei em você."

Os advogados desses processos são sempre os mesmos, são advogados pagos com o dinheiro do povo, com o dinheiro da Prefeitura de Fazenda Rio Grande, todos eles!

Mas a minha tristeza não é propriamente para dizer que estou magoado com o Tribunal de Justiça, não, é uma Casa em que eu tenho excelentes companheiros e amigos Desembargadores. Acho que o que está faltando é esta Casa se levantar, se afirmar como Poder, porque hoje todo mundo dá porrada na Assembléia e ninguém reage! Precisamos conversar com o Tribunal de Justiça, levar essa nossa preocupação, se eles entendem que precisamos ficar com a boca fechada, amordaçada, ou se nós, pela Constituição do Paraná e do Brasil, podemos nos expressar!

Waldyr Pugliesi, V. Exa. foi um combatente da ditadura, eu trabalhava na rádio naquele tempo, eu nunca fui amordaçado como estou sendo hoje! Sou contra as atitudes da ditadura militar, especialmente quando cassaram meu amigo Alencar Furtado, mas nunca houve uma ditadura de cercear a palavra de um Parlamentar, a não ser quando é cassado, então que nos cassem logo de uma vez, mas não nos deixem ficar aqui enganando o povo! O povo nos paga um salário para falar e não podemos falar porque estamos desagradando alguém!

Eu não fui eleito para ser um Deputado para defender o Governador, ele não precisa disso! Eu não sou Deputado para defender o Desembargador, ele não precisa disso! Eu não sou Deputado para defender as autoridades constituídas, eu sou Deputado para defender a população, esse povo que me conhece de perto e nunca deixou de me dar a maior votação de toda minha carreira política nesses 32 anos!

Esses processos que aqui estão foram submetidos ao crivo de uma das figuras do Paraná que eu nunca apertei a mão dele, nunca houve a coincidência de eu o cumprimentar, nem de conversar, nem de chegar perto.

Sabemos que é um dos homens íntegros da Justiça do Paraná, Presidente do Tribunal, Dr. Vidal Coelho. Ele pegou todas essas denúncias, como Relator no Tribunal Regional Eleitoral, e olhou uma por uma: taxa de lixo; negócio da rádio; esse negócio da música do Roberto Carlos; a música do Tírica; aquela pessoa que eu tirei da cadeia, ele não podia estar lá, eu o levei para o manicômio, era um rapaz jovem que estava sendo judiado lá na cadeia; a mulher que estava morrendo no hospital, eu a tirei de lá, levei para o Angelina Caron, paguei do meu bolso; enfim ele olhou tudo e o resultado? Me absolveu em tudo, tudo, fui absolvido de todas essas denúncias que estão aqui! Fui absolvido pelo Relator! Eu queria dizer que o Dr. Vidal Coelho é o Relator do processo, é aquele que estuda peça por peça. Após o relato do hoje Presidente do Tribunal de Justiça, naquela época Relator do Tribunal Regional, ele chegou à conclusão, juntamente com outro Juiz de Direito, de nos absolver.

Agora, para terminar, Sr. Presidente, dizendo o seguinte: qual é o sistema eleitoral? Qual é o nosso sistema eleitoral? Existe Juiz togado conhecedor profundo da lei eleitoral? A Ordem dos Advogados, a cada 2 anos, encaminha o nome de 2 advogados. Logicamente que tem espaço dentro da Ordem dos Advogados, indica para

que eles sejam Juízes Eleitorais no Tribunal. Mas qual o conhecimento jurídico? Porque existe o advogado criminalista, existe o advogado especializado em Direito Administrativo, em Direito Penal, enfim, mas e em Direito Eleitoral? Se obedece o critério do Direito Eleitoral para se nomear e se designar os Juízes do Tribunal Eleitoral? Não. O Procurador da República, a Justiça Federal indica 2, o Tribunal de Justiça indica 3, a Ordem dos Advogados indica 2, e quando eles estão começando, quando eles estão percebendo e sabendo realmente o que é um candidato, um voto, um eleitor, quando começam se aperceber das coisas mais próximas do interesse do povo, acabou o mandato deles! O mandato deles é de 2 anos. Aí vem outros que ficam lá aprendendo, aprendendo e nos deixando em situação como fiquei quando fui denunciado por um oportunista, por um sujeito sem escrúpulos, que infelizmente tive aquela bobeira de ser o seu Vice para ele poder ser Prefeito. Se eu não fosse o Vice dele, ele jamais seria Prefeito! E hoje, ganhando tanto dinheiro, transformando a Prefeitura num balcão de negócios, ele se dá ao luxo de viajar com o Governador de 1ª classe para o Japão, etc e etc.

Muito obrigado.

Horário das Lideranças:

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Este Plenário gostaria de registrar a presença do Procurador do município de Maringá, Dr. Busato, bem como do nosso colega, ex-Deputado Waldir Leite, da cidade de Paranaguá.

No horário da Liderança do PTB, concedo a palavra ao Sr. Deputado Jocelito Canto.

Liderança do PTB: Deputado Jocelito Canto

O SR. JOCELITO CANTO

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Queria rapidamente, aqui, até na linha do Deputado Cartário, essa ONG Transparência Brasil, que não se sabe quem a sustenta, se é dinheiro público, diz que eu tenho 10 processos. Está errado, tem mais. Eles precisam aprender a pelo menos consultar os tribunais. Mas vou falar dos 10 casos deles, até para mostrar à imprensa.

Primeiro caso, Tadeu, policial à disposição da Prefeitura. Está no STF. Segundo caso é uma representação no TRE, feita por um assessor do ex-Deputado Neivo Beraldin, que quer o meu lugar, custe o que custar, quer me derrubar, eu, o Carlos Simões e o Belinati, para ele assumir a 2ª suplência. Era assessor dele aqui na Casa. Terceiro processo envolve a empresa Mercado Móveis, que eu autorizei a fazer algumas obras no Mercado Móveis para gerar empregos, está de acordo com o que determina a lei. Inclusive já tem até um parecer favorável a mim em 1ª instância em Ponta Grossa. Quarto, é da compra do terreno do distrito industrial de Ponta Grossa.

Já ganhei em 1ª instância e já ganhei em 2ª também. O Ministério Público recorre para Brasília. Quinto caso é um repasse à Comunidade Saúde. Era uma Instituição que eu iria criar na Prefeitura para ver se melhorava o SUS. As pessoas que pudessem iriam pagar R\$ 10 e as que não pudessem iriam para o SUS. Nem funcionou. Só fiz menção que passaria o dinheiro, eles fizeram ação. O Juiz recusou. Sexto caso é o pagamento da CARTEPAS. Faltou empenho prévio na contratação da obra da Tetra Pak, em Ponta Grossa. A maior geradora de impostos em Ponta Grossa. O Juiz disse ao Ministério Público que eu estava certo. A sétima ação é da Santa Casa, aquela que mandei R\$ 100 mil para salvar vidas na saúde. A próxima ação é uma ação aqui do Tribunal de Justiça, de um fornecedor reclamando que quer receber uma obra duas vezes, e nós dissemos que não devia pagar. A próxima é um repasse que eu fiz ao Operário Ferroviário. Para quem não sabe, Ponta Grossa é a capital do esporte do Paraná. Foi a primeira cidade a praticar futebol e todos os Prefeitos deram dinheiro para o Operário. Sou o único Prefeito que tem um processo em andamento. O próximo processo é o civil, do caso do policial Tadeu. Por último, existe um processo no Tribunal de Contas da União, porque uma verba de apenas R\$ 18 mil, que deveria ter sido aplicada no teatro, foram feitas outras obras lá dentro, nós pedimos uma perícia agora e a Justiça autorizou. Está sendo feita a perícia para provar que a obra foi feita.

Isso aqui é para o pessoal da ONG Transparência Brasil e dizer para o povo quem paga o que eles fazem. Que eles também denunciem, como aquele Bispo que estava em Ponta Grossa.

Tinha um Bispo, em Ponta Grossa - tem gente que tem medo de falar da igreja, eu nunca tive, sou católico, mas brigo com a minha igreja - Ponta Grossa tinha um Bispo, um Bispo que se metia em política, que dizia que Ponta Grossa era a capital da corrupção. Hoje, ele é Arcebispo de Brasília e não o vi fazer nenhum pronunciamento lá em Brasília, ainda. É o tal Dom João Brás de Aviz, que era Bispo de Ponta Grossa. Foi na Prefeitura lavar as escadas, mas é um Bispo que não tem coragem, hoje, de lavar as escadas do Congresso Nacional. Arcebispo de Brasília, não tem coragem de fazer isso.

Outro dia, disseram que enganaram o Bispo, lá. Um pessoal de Ponta Grossa disse na rádio, que fizeram a cabeça do Bispo, porque eu tinha, um dia, na rádio, mostrado a história de homossexualismo no Mosteiro, lá em Ponta Grossa. O que eu tenho a ver com essa coisa? Fiz uma denúncia que tinha um negócio de homossexualismo, num grande Mosteiro em Ponta Grossa. Eu mostrei a história no rádio. Agora, fizeram o contra-ataque contra mim. Não tem problema.

Agora, o Bispo está lá em Brasília e viajou para a Itália, para a posse do Papa no "Aero Lula", junto com o Lula. Esse Bispo, agora sim, está na capital da corrupção, mas está dando hóstia para o Renan e os seus "blue caps". Não tenho preocupação nenhuma, a igreja também tem suas podridões.

Sra. Presidente, queria falar que estamos retendo hoje, acho que vou deixar para encaminhar depois, porque uma manobra me permite que eu faça o encaminhamento na hora de votar, então vou deixar para fazer o encaminhamento do Palácio na hora do encaminhamento do meu requerimento. Ganho mais 10 minutos.

Só queria dizer sobre o processo do Ministério Público. Eu sou a maior vítima do Ministério Público. Não é do Ministério Público do Paraná, é do Ministério Público de Ponta Grossa, mas sou contra esse projeto que o Governador quer acabar com o Ministério Público, Sou vítima do Ministério Público, mas sou contra querer acabar com o Ministério Público. Isso é inconstitucional! É tirar os poderes do Poder. Claro que sempre tem um aloprado no Ministério Público, em todo lugar tem. Aqui tem, no Judiciário tem. Agora, querer cortar o Ministério Público, porque o Ministério Público está fazendo uma campanha por causa de nepotismo... Então, tem que pegar as empresas de Ponta Grossa. Tem empresas em Ponta Grossa que estão fazendo campanha "Cansei do Nepotismo". Estou aqui com um jornal de Ponta Grossa. Tem que pegar a Associação de Ponta Grossa e excomungá-las também.

Sou a maior vítima do Ministério Público e não posso dizer que o Ministério Público é geral. Nunca quero generalizar, porque em todos os Poderes têm gente boa e gente ruim, no Ministério Público tem gente boa e tem gente ruim. Quero deixar claro aqui que não é todo Ministério Público que não presta, não.

Eu, aqui nesta Casa, a maior vítima do Ministério Público, sou contra esse projeto, porque entendo que o Ministério Público só tem que entender e compreender um pouco as leis, e não deixar que alguns Promotores sejam levados por questões políticas. Esse não é o papel do Ministério Público. Que as coisas erradas sejam corrigidas. A maior vítima do Ministério Público aqui presente, diz que é contrário a esse processo da família Requião, aí, contra agora o Ministério Público. Tem salário mais alto que o Ministério por aí.

Só queria deixar esse detalhe e daqui a pouco volto, regimentalmente, para encaminhar o meu requerimento para contar a história do "Palácio do Pito", aquele que Requião deu um pito no Secretário que saiu do Governo e vou contar a manobra que o Rafael Greca fez aqui. E hoje é o Dia da Habitação.

Em homenagem à habitação, vou fazer um pronunciamento ao Greca.

A SR. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Apenas para convidar os Srs. Deputados e Deputadas desta Casa, bem como à imprensa e demais convidados, para logo após a Sessão, às 17h00, por proposição do Deputado Alexandre Curi, esta Assembléia tem a honra de entregar, em comemoração solene, o Dia do Dr. Daisaku Ikeda, por proposição do nosso 1º Secretário Deputado Alexandre Curi.

No Horário das Lideranças, PDT. Bloco PSB/PL/PRB/PV, com a palavra o Deputado Pastor Edson Praczyk.

Liderança do Bloco PSB/PL/PRB/PV: Deputado Pastor Edson Praczyk (PRB)

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, imprensa, senhoras e senhores.

Primeiro quero fazer o registro, para aqueles que não puderam acompanhar, que ontem estivemos nos galpões do Governo, juntamente com o Deputado Artagão - Presidente da Comissão de Fiscalização desta Casa, e o Deputado Jocelito Canto, para *in loco*, vermos os tão polêmicos televisores alaranjados adquiridos pelo Governo.

Parece que algumas das questões ou argumentos polemizados nesta Casa não ficaram muito claros. Dentre eles destaco o primeiro: este Parlamentar questionou e ainda questiona o Governo das razões porque os 22 mil televisores não foram entregues em sua totalidade. E quando usamos a expressão "entregues" não estávamos nos referindo a entrega da Secretaria da Educação às respectivas escolas do estado do Paraná.

Eu estava me referindo - e me refiro - à entrega da empresa ao Governo do Estado, dos 22 mil televisores. Bom, o Deputado Artagão de Mattos Leão Júnior diz que o contrato rege que, de mês a mês, 5 mil unidades desses televisores deveriam ser entregues. Data inicial de entrega: mês de julho. Ele se comprometeu com este Parlamentar de fornecer o contrato para que confirmemos sua veracidade, as cláusulas do mesmo, e se essa empresa está cumprindo sua parte.

No mais, realmente, a entrada para o dispositivo USB consta original de fábrica, nós pudemos ver isto e eu tenho que fazer este registro, porque não estamos aqui para agradar nem gregos nem troianos, mas para nos mantermos na neutralidade, e que realmente a quantidade aqui relatada pelo Parlamentar, de aproximadamente 9 mil e 700 televisores, tivemos a paciência, o cuidado, o zelo, de contarmos os televisores e realmente confere, quase 10 mil televisores no galpão do Governo.

Mas, fica o questionamento - e eu aproveito este momento, Deputado Artagão, não duvidando de vossa palavra, de forma alguma - mas para reivindicar aquilo que fôra prometido, todo o contrato, na sua íntegra, para que possamos, então, conferir a entrega dos mesmos. Esta é a primeira razão do nosso pronunciamento.

Estaremos, ainda, zelosamente, analisando outros itens desta licitação, que vejo que é dever de todos nós, Parlamentares, certificarmos se o erário foi ou não gasto da forma correta.

O Sr. Artagão Júnior (PMDB) (Aparte)

Deputado, gostaria somente de, em nome da Secretaria da Educação, dizer que a informação que recebemos hoje é que todos os contratos de licitações efetuadas pelo Governo do Estado do Paraná estão, em sua íntegra, no site do Governo do Estado. Então, eles nos passaram esta informação. Já pedi para que a minha assessoria busque, através do site do Governo, a informação deste contrato e já publicamente também coloque esta informação ao nobre Deputado, assim como a todos os demais, que a informação recebida, muito embora façamos este pedido oficialmente, conforme havíamos combinado, a informação que recebemos pelo telefone é que todos os contratos, de todas as licitações realizada pelo Governo do Estado, estão à disposição no site do Governo.

Então, teríamos a possibilidade de agilizar a busca desta informação, muito embora o façamos através de deliberação da comissão este encaminhamento oficial de solicitação.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB)

Agradeço a sua atitude de prontamente nos atender.

Com relação ao site do governo, salvo tenham corrigido aquela falha de programação de exigir-se a CNPJ da entidade para conseguir as informações com exatidão, confesso que este Parlamentar, como outros aqui relataram, tem dificuldades em conseguir essas informações, que de pronto deveriam ser fornecidas.

Outro questionamento que faço e que também quero confirmar, é que a técnica da Secretaria da Educação havia afirmado que foram adquiridos 60 mil pen-drives junto com os respectivos televisores, Deputado Artagão. E V. Exa., posteriormente, disse que não. Uma nova licitação será feita, tanto para aquisição dos racks, os suportes dos televisores, como aquisição dos pen-drives. Ótimo. Esta informação, então, eu precisava até para me auxiliar nesse processo de fiscalização.

Quero também fazer o registro da Audiência Pública sobre o lixo tecnológico que se deu pela manhã, no plenarinho. Quero aqui fazer uma deferência à Deputada Rosane, que muito nos auxiliou, para juntos elaborarmos esse projeto que tramita muito bem pelas comissões da Casa, fazer o registro do Deputado Cheida que indiscutivelmente abrilhantou a discussão, fazer o registro da iniciativa do Deputado Malucelli, porque se não fosse por ele, não teríamos levado a uma amplitude tão grande esse tema, esse assunto, e também agradecer ao Deputado Edgar Bueno, na qualidade de Presidente da Comissão de Tecnologia.

Pude aprender muito, muitas idéias foram agregadas como sugestões ao corpo do projeto e nós iremos, posteriormente, nos reunir para vermos o que é viável para ser inserido nessa proposta, aprimorando assim a idéia de destino final de produtos sólidos, principalmente relacionados à área não só de informática, mas tecnológica de um modo geral, componentes eletroeletrônicos.

Então, fica aqui o registro do quão positivo foi, vindo a confirmar mais uma vez a este de que tantas quantas vezes o Poder Legislativo participar junto com a sociedade de discussões sobre qualquer tipo de tema, quem sai ganhando é toda a sociedade.

Concedo um aparte ao Deputado Malucelli.

O Sr. Luiz Malucelli (PSDB)

Sra. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas!

Agradeço o elogio da sua pessoa, mas devemos a Audiência de hoje ao seu projeto de lei que tramita na Casa com muita inteligência e muito preparo. Sou apenas um soldado e quero continuar ajudando tanto o senhor como a Deputada Rosane pelo excelente trabalho que têm feito. E o público que nos assistiu hoje, que compareceu ao nosso debate, valoriza esse trabalho que o senhor começa nesta Casa e que estou à sua disposição para continuar seguindo em frente.

Obrigado pela oportunidade que o senhor me deu de participar dos trabalhos!

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB)

Portanto, parabéns Deputados! Muito obrigado Sra. Presidente e Srs. Deputados!

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB)

Sra. Presidente, pela ordem.

(Assentimento)

Só gostaria de lembrar aos nobres Deputados membros da Comissão de Fiscalização que a nossa reunião, que inicialmente estava programada para esta tarde, após a Sessão Plenária, acontecerá amanhã por volta das 17h00, ou seja, tão logo termine a nossa Sessão Plenária. Portanto, a reunião da Comissão de Fiscalização, inclusive onde estaremos deliberando sobre esse encaminhamentos e sobre essas solicitações de informações aqui colocadas, acontecerá amanhã. Então, aos Deputados membros da Comissão de Fiscalização, amanhã é nossa reunião e todos aqueles que quiserem participar serão sempre bem-vindos.

Obrigado!

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

No horário do Bloco PPS/PMN, com o palavra o Deputado Douglas Fabrício, por 10 minutos.

Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Douglas Fabrício (PPS)**O SR. DOUGLAS FABRÍCIO**

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Só lembrar aqui, Presidente, já pela terceira vez, um requerimento que fizemos aqui, um pedido de informações direcionado à Secretaria da Comunicação e que já venceu e não temos resposta ainda. Mas, estava fazendo um levantamento na Casa e me chegou a informação que não sou o único Deputado que não está rece-

bendo as informações. Tenho uma relação de 37 requerimentos vencidos e até agora não veiram as informações.

Então, me parece que tem aí uma ordem do Governador para que não respondam à Assembléia. Imagino que possa ser por isso que não estão respondendo. Aqui tem o Deputado Jocelito, o Deputado Cartário, tem o Deputado Belinati, tem a Bancada da Oposição, tem o Deputado Plauto, tem o Deputado Elio, o Deputado Marcelo.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Só para dizer a V. Exa. que hoje é Dia da Habitação, e eu estou com um requerimento, que faz aniversário, da COHAPAR, e eu não recebi as informações no Dia da Habitação. Como eu sonharia em receber esse requerimento hoje!

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Pois é, Deputado Jocelito, o que me entristece é que parece que não responder aos requerimentos, aos pedidos de informações dos Deputados, é ponto positivo para o Governo. No meu entender não, o Governo Requião deveria dar mais transparência aos seus atos e responder àquelas solicitações que os Deputados fazem aqui neste Casa.

Então, deixar só mais esse registro, pela 3ª vez, que o Governador não está respondendo os requerimentos dos Deputados da Assembléia Legislativa. Tem um prazo de 30 dias, mas já extrapolou bem esse prazo e não responde, são mais de 30 requerimentos.

Em 2º lugar, gostaria de só pedir o apoio dos demais Deputados desta Casa para um projeto de lei que estamos protocolando hoje, deixando o Poder Executivo autorizado a instituir o programa de combate ao bullying de ação interdisciplinar e de participação comunitária nas escolas públicas e também nas escolas privadas do estado do Paraná.

Só para deixar um pouquinho mais claro o que entende-se por bullying: são atitudes de violência física ou psicológica, intencionais e repetitivas, que ocorrem sem motivação evidente praticadas por um indivíduo, ou por grupos de indivíduos, que é contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de intimidá-la, ou agredi-la, causando dor e angústia à vítima, em uma relação de desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas.

Fizemos uma pesquisa em vários itens, principalmente na internet, e temos informações do mundo todo, na Espanha esse índice chega a 20% entre os alunos; em Portugal, a cada 5 alunos, 1 já foi vítima desse tipo de agressão; na Grã-Bretanha, 37% dos alunos, nos Estados Unidos, estima-se que 35% das crianças em idade escolar estão envolvidas em alguma forma de agressão e de violência. No Brasil não tem pesquisa recente sobre este

assunto, mas também tem aumentado muito esse ato de discriminação e humilhação em ambiente escolar.

Um estudo feito pela Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência, que é a ABRAPIA, isso em 2002 no Rio de Janeiro, com 5 mil 875 estudantes de 5ª a 8ª série, de 11 escolas fluminenses, revelou que 40,5% dos entrevistados confessaram o envolvimento direto em atos de bullying. No Paraná, ainda não temos as estatísticas oficiais sobre esse assunto, mas estamos protocolando esse projeto de lei, preocupados e alertando a imprensa, alertando todos os demais Deputados, principalmente a comunidade paranaense, o Governo, sobre esse tema, que é um tema que merece um controle, merece um acompanhamento, e que pudéssemos extingui-lo da sociedade paranaense.

Sra. Presidente, era isso, Agradeço a oportunidade.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

PP. PT. Com a palavra o Deputado Tadeu Veneri, por 10 minutos.

Liderança do PT: Deputado Tadeu Veneri

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Gostaria de fazer primeiramente um registro que acho necessário, oportuno, de um debate feito pelo Fórum Permanente de Combate à Violência Alexandre Lima Moraes. Alexandre Lima Moraes foi um jovem, assassinado em Colombo há algum tempo atrás e, a partir disso, as pessoas passaram a se organizar para combater a violência naquele município.

Fizeram nos dias 17, 18 e 19 de agosto, um seminário debatendo as questões de violência no município.

Quero deixar esse registro em nome da Liderança do Partido dos Trabalhadores, porque quando as pessoas se organizam buscam saídas, encontram outras pessoas que também buscam soluções e saídas.

Parece um caminho para podermos fazer mais debates como esse. A chamada é muito interessante: "A violência está aí e você vai ficar de olhos fechados e de boca calada?" Os alunos do Colégio Estadual Helena Kolody, de Colombo, fizeram o debate; os professores se envolveram; trouxeram a comunidade e tiveram cerca de 300 pessoas nesses 3 dias.

Outro tem que me traz à tribuna é sobre a matéria que saiu hoje na Gazeta do Povo e nos deixou bastante apreensivo. Com todos os Deputados que conversei há uma preocupação também.

Diz respeito à possibilidade de a Assembléia Legislativa vir a criar condições para que o orçamento do Ministério Público do Estado do Paraná, naquela situação onde é colocado o percentual de 3,8, mas não 3,8, é até 3,8, que esse percentual possa ser reduzido.

O 2º tema é que encaminhássemos um projeto de lei, é uma proposta feita pela UNALE, ou pelo menos há

um estudo nesse sentido, que limitasse as denúncias e as investigações, ou pelo menos oferecesse denúncias apenas ao Procurador-Geral do Ministério Público, hoje na pessoa do Dr. Milton Riquelme.

Conversando com os Deputados do Partido dos Trabalhadores, temos clareza que o Ministério Público pode, em determinados momentos, ter erros. E ouvia antes o Deputado Cartário colocando aqui que não abre mão da sua prerrogativa de usar a palavra como instrumento de mandato e possa assim exercer o seu papel na sociedade quando denuncia, na tribuna ou fora dela, situações que ele tem conhecimento.

Entendo que o Ministério Público, através dos anos pode ter, e certamente tem, cometido excessos.

Agora não entendo, assim como nosso companheiros do Partido dos Trabalhadores também, tendo uma ação correta que vá traduzir em algum tipo de efeito concreto, tentar limitar, primeiro o orçamento, o que nos leva para um caminho extremamente perigoso, o que nos leva para um caminho onde a população, o Ministério Público e, certamente, outros Poderes e outros setores podem entender como uma retaliação a determinadas ações que o Ministério Público tem feito. O que, no meu entendimento, seria um absurdo.

Segundo, você limitar ao Procurador-Geral do Ministério Público a incumbência de oferecer todas as denúncias, é querer, na prática, que muitas ações não sejam feitas. Assim como entendo que não há, da parte de absolutamente ninguém, a imparcialidade o tempo todo, entendo também que não será o Procurador do Ministério Público, seja ele quem for, que irá ter uma visão absolutamente imparcial.

Por isso, defendemos que a pluralidade do Ministério Público, ainda com os erros que possa vir a cometer, é que tem feito o Ministério Público ser o que é: um representante legítimo da sociedade, conseguindo pela sociedade e conseguido logo após um período de recessão que vivemos no nosso país.

Não podemos, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, sob qualquer argumento, sob qualquer desculpa, sob qualquer tipo de leitura, achar que aqui na Assembléia será encontrada guarida para repetirmos aquilo que Minas Gerais fez. Parece um grande equívoco o que os Deputados de Minas Gerais fizeram e não estou aqui para julgar a ação, até porque não tenho nem o direito de fazer isso. Seria leviandade entrar num debate do qual não fiz parte quando ele foi, no seu tempo, exercido em Minas Gerais.

Deputado Pugliesi, o senhor que sempre foi um defensor das liberdades democráticas no nosso país, parece-me que ações como essa que buscam limitar a ação dos Poderes legitimamente constituídos, ações que buscam limitar, Deputado Rossoni, ainda que pelo orçamento do qual somos aqueles que têm a obrigação de executá-lo e de votá-lo, e acho que essa é a principal função, além da fiscalização que fazemos aqui, ela não pode ser vista pela sociedade como uma retaliação, porque se

for assim, deixamos de ser um Poder independente e, rapidamente, passaremos a ser um Poder acessório daqueles que se incomodam com as ações do Ministério Público. Ações que, muitas vezes, inclusive, concordo, são equivocadas e que trazem prejuízos, sim, a Deputados, a Vereadores, a Prefeitos, mas são ações que levam 2, 3, 5 e, às vezes, 10 anos.

O que estou defendendo aqui é que tenhamos o cuidado em não fazer desta Casa um Tribunal de exceção que, através do instrumento do orçamento, busca criar constrangimento para os outros Poderes, porque se isso passar a acontecer, estaremos trilhando um caminho que nos conduz, nos dias próximos, nós estando aqui ou não, a situações extremamente desagradáveis, porque seremos vistos menos como Poder independente e mais como Poder que é apensado a outros Poderes que não este.

O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB)

Permite um aparte, Deputado Tadeu?

(Assentimento)

Deputado, acho que este momento de discussão que surge na Assembléia é válido. De qualquer forma é importante. Não podemos dizer que seja de todo ruim. Acho que a Assembléia tem seus limites, mas é preciso limitar também a ação do Ministério Público. Não quero falar do Ministério Público como instituição, que é importantíssima para o Brasil, mas em alguns elementos do Ministério Público é preciso dar um basta.

Vou citar um exemplo a V. Exa. de abuso que eles cometem: eu, Prefeito na minha cidade, em Foz do Iguaçu, recebi um ofício de um Promotor de Justiça da minha cidade, Foz do Iguaçu, pedindo que a Prefeitura cedesse duas funcionárias para o Ministério Público. E é de praxe o município ceder funcionário para a Delegacia, para o DETRAN, para o Fórum. Pois bem, cedi duas funcionárias. Passaram-se 6 meses e esse mesmo Promotor moveu uma ação contra mim que era desvio de função. Então, é um mau caráter. É preciso, sim, ter algumas limitações dentro do Ministério Público, porque senão na verdade, daqui a pouco, estão passando por cima de nós.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Desculpe, Deputado Rossoni, apesar da condescendência da Presidente, já extrapolei os 10 minutos que tinha direito. É preciso que possamos continuar esse debate depois nos horários subsequentes. Peço desculpas Deputado Rossoni, mas não tenho mais tempo.

Peço para concluir, Sra. Presidente. Acho que o Deputado Dobrandino coloca algumas preocupações com as quais também compactuo. Agora, não quero ser aquele que fará da Assembléia Legislativa um tribunal de exceção e que fará da Assembléia Legislativa um fiscal daqueles que já tem por lei, condições de serem fiscalizados e que foram, sem dúvida nenhuma, os Ministérios Públicos do Brasil todo e o Ministério Público Federal são conquistas da sociedade, da luta pela democracia.

Obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Democratas, com a palavra, Deputado Plauto Miró Guimarães.

Liderança dos Democratas: Deputado Plauto Miró

O SR. PLAUTO MIRÓ

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Recebemos a informação, mais uma vez através dos meios de comunicação, de que o Governo do Estado do Paraná está autorizando não sei se pela 3ª, 4ª ou 5ª vez, Deputado Luiz Carlos Martins, a licitação para a restauração da PR-092 que liga Arapoti ao município de Jaguariaíva, Deputado Romanelli. E com letras garrafais, mais uma vez vemos o Governo do Estado do Paraná anunciando essa licitação.

Uma obra importantíssima, que liga Wenceslau Braz, Arapoti até Jaguariaíva. Um trecho que, há muito tempo, aqueles que utilizam essa rodovia vêm cobrando das autoridades uma solução, porque é uma rodovia que escoava a produção daquela região e também que faz a ligação com Santo Antonio da Platina e o estado de São Paulo. E ali muitas cargas de grãos, de gado, de madeira, são escoadas.

E, o que me traz aqui, Deputado Rossoni, é pela terceira ou quarta vez, novamente, a manchete dos jornais que anuncia a licitação dessa obra. Pergunto a mim mesmo: acredito ou não? É verdade ou não? Porque o Deputado Waldyr Pugliesi, quando era Secretário dos Transportes, lembro como hoje, lá na cidade de Arapoti, numa Audiência Pública, já faz em torno de 2 anos, anunciou que a rodovia teria as suas obras retomadas o mais rápido possível. Tinha um problema de uma pedreira que não estava liberada, não tinha o licenciamento para ser utilizada, mas que o Governo do Estado estava tentando solucionar esse problema, para que aquela empresa, que tinha o contrato lá no passado, pudesse tocar a obra, afinal de contas, tivemos aquela Audiência Pública, participei como representante do Município de Arapoti, que sempre tive lá uma votação expressiva, e 2 anos se passaram e infelizmente as coisas não aconteceram.

Sei que o Deputado Romanelli, Líder do Governo, é o Deputado que tem o apoio do outro lado político de Arapoti. Nós polarizamos as eleições e espero que essa manchete possa ser realidade e vermos, no prazo de 90 dias, 100 dias, que irá ser concluída essa licitação pública, essa obra verdadeira e realmente vir a acontecer naquela região, porque repito, desde a campanha eleitoral de 2002, Deputado Waldyr Pugliesi, a promessa foi feita, os moradores da região de Wenceslau, de Jaguariaíva, de Arapoti, estão esperando e me parece que de concreto é mais uma vez o anúncio do Governo do Estado do Paraná.

Espero que tudo isso possa acontecer com o representante de Arapoti e um representante também do município de Jaguariaíva. Vamos aguardar mais 60 dias.

Quero retornar a esta tribuna, para falar se realmente aconteceu ou não, porque 3 vezes já foi anunciado e, infelizmente, até agora nada.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Permite-me um aparte?

(Assentimento)

Queria colaborar e dizer que V. Exa. tem toda a razão. As rodovias dos campos gerais, uma grande parte delas foi feita e algumas ainda não e é preciso fazer todas. Essa região a que V. Exa. se refere merece todo o apoio. Temos recebido reclamações diárias e acho importante fazer a reformulação, como fez o nosso grande Secretário Waldyr Pugliesi, aqui, que comandou um dos maiores programas de revitalização das estradas. Que nós possamos continuar esse trabalho, que para mim foi muito bom, revalidando as estradas de Itaiacoca, Reserva, Palmeira, da nossa Guaraci e toda a região.

Por isso, felicito V. Exa. e vamos torcer para que o nosso Secretário Tizzot possa continuar o que começou o nosso grande Waldyr Pugliesi.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

Permite-me um aparte, Deputado Plauto?

(Assentimento)

Queria parabenizar o seu pronunciamento.

A situação da Estrada da Liberdade, que liga Jaguariaíva a Wenceslau Braz é terrível. Fizemos uma indicação logo no começo do meu mandato, em fevereiro. Fiz uma indicação aqui na Assembléia e também fiz alguns requerimentos pedindo a atenção, por parte da Secretaria dos Transportes, em relação àquela rodovia. Na segunda-feira mesmo V. Exa. me ajudou a aprovar um requerimento pedindo todas as informações sobre as licitações, sobre os andamentos e as obras e qual será a previsão oficial, para o início das obras naquela rodovia.

Estamos juntos nesta luta e precisamos cobrar ação mais concreta e imediata do Governo do Estado do Paraná, porque os cidadãos de Arapoti, Wenceslau e Jaguariaíva estão sofrendo demais. Todos os cidadãos paranaenses que passam pela rodovia, a Estrada da Liberdade, estão indignados com a situação.

O SR. PLAUTO MIRÓ (Democratas)

Agradeço o seu aparte e fico feliz que uma boa parte da bancada dos campos gerais está bem representada e se posicionando.

Quero agradecer a todos e digo que aguardo mais 60, 90 dias, para que se caso não vir a acontecer, retorne a esta tribuna para chamar a atenção. Se caso realmente acontecer, aqui estaremos para comunicar que o que falaram aconteceu.

Obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

PSDB. Concedo a palavra ao Deputado Valdir Rossoni, por 10 minutos.

Liderança do PSDB: Deputado Valdir Rossoni

O SR. VALDIR ROSSONI

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Deputado Luiz Carlos Martins, ontem, não tive condições de estar presente na Sessão. Tínhamos um encontro nacional do PSDB, em Curitiba. É natural e óbvio que, como Presidente do partido, tínhamos que estar presentes.

Gostaria de ter a atenção, aqui, dos Srs. Parlamentares, principalmente aqueles que estiveram ontem visitando os famosos televisores. Esses televisores, Deputado Jocelito, V. Exa. falou muito bem, que vai ter novidade.

Deputado Douglas, sou merecedor da sua atenção e agradeço. Deputado Douglas, gostaria que V. Exa. acesse aqui comigo, imprimimos agora, é do momento. Acessei o site do Submarino - estou fazendo propaganda aqui, claro, isso deprecia - e peguei o valor, Deputado Douglas, intermediário da TV plana 29 polegadas. Deputado Jocelito, estão querendo desviar o foco do nosso objetivo, veja aqui, ao pegar o preço, nem o mais alto, nem o mais baixo, da CCE, o valor de comercialização, se agora você quiser comprar um televisor, o valor dele é R\$ 659 com ICMS. Isso é importante, com ICMS.

Se contabilizarmos, facilmente - eu vejo o Deputado Luiz Carlos com uma caneta na mão - Deputado Luiz Carlos, me socorra: R\$ 659, tirando o custo do ICMS, coloca aí 17%, ele vai ficar em torno, Deputado Luiz Carlos Martins, de R\$ 546. É isso, Deputado Douglas? Não estou equivocado porque imprimir agora, porque o preço pode ter mudado há 2 minutos atrás.

Então, vejam o seguinte, o valor do televisor: R\$ 546 sem ICMS, líquido. Agora, Deputado Douglas, se V. Exa. fosse o fabricante da CCE, se eu comprar um televisor, eu lhe pago R\$ 546, mas eu quero comprar 20 mil televisores, Deputado Luiz Carlos Martins, V. Exa. me daria um desconto? Deputado Luiz Carlos Martins, V. Exa. me concederia 10% de desconto?

O Sr. Luiz Carlos Martins (PDT)

No mínimo.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Não. Mas, eu não quero 10%, eu quero 8%. Se V. Exa. me conceder 8%, sabe qual é o valor desse televisor? Quinhentos reais, pode fazer a conta, Deputado Douglas, R\$ 500.

Aí, vamos seguir a caminhada. Aí, eles alegam que os televisores são laranjas, eles vão ficar vermelhos, mas eles são laranjas, porque vermelho é de vergonha.

É o seguinte: se eu for comprar 5 carros populares, Deputado Cartário, brancos, ou amarelos, ou azuis, não sendo metálicos, muda o valor? Não muda! Imagem, se eu for comprar 20 mil televisores, se eu deixar a cor original ou mandar pintar de amarelo, não muda o valor. Muda? Não muda! Então, estamos nos R\$ 500. Mas, aí, aplicamos o USB. Quero dizer que procurei técnicos,

hoje pela manhã, porque não tive tempo no dia de ontem e fiz a seguinte pergunta, o seguinte questionamento, está por escrito aqui: esse televisor, por R\$ 500, estou comprando com DVD, Deputado Douglas, DVD junto, embutido. Mas aí, o Governo, por razões técnicas que eu até compreendo, resolveu que esse televisor não tivesse o DVD, tivesse USB. Tudo bem. Aí, eu fiz a pergunta aos entendidos em televisores - e o próprio Pastor Praczyk pode me socorrer - fiz a seguinte pergunta: qual é o mais caro, DVD ou USB? A resposta das pessoas entendidas é que o mais caro é o DVD, mas vamos fazer aqui um arredondamento de contas porque estamos na lojinha fazendo compras, vamos trocar o USB pelo DVD. Trocamos? Trocamos, não é mais caro nem o USB nem o DVD, não vamos entrar nessa particularidade, continuamos com os R\$ 500. Aí, eu tinha engolido essa situação, mas na semana passada, por virtude do Deputado Jocelito, subi à tribuna por causa dos tratores e o Deputado Jocelito fez um questionamento: "Será que esses televisores também não têm problema?" Eu disse: tenho recebido informações, mas não posso ser afirmativo. Levantou-se esta questão, a imprensa me ligou e eu tive sempre a cautela de não acusar, primeiro verificar.

Meus Pares estiveram ontem fazendo a visita aos televisores: tem USB, está resolvido o problema, mas o televisor não mudou o preço ainda, continua nos R\$ 500 e para minha surpresa, ontem eu estava num Encontro do PSDB, chegou um jornalista e disse: "Rossoni, você sabia que agora precisam ser comprados os pen drives à parte, não está no valor do televisor?" Vejam o seguinte: nos R\$ 860 que foi o preço do televisor, o preço pago pelos 22 mil televisores foi de R\$ 860. De 500 para 860 são R\$ 360! Multiplica 360 por 22, dá em torno de quanto? Sete milhões de diferença! Mas vamos fazer uma lógica que houve um equívoco ontem aqui, da pessoa que veio, prontamente, ontem aqui, num ato público elogiável, prestar esclarecimentos a esta Casa, que houve um equívoco, que o pen drive está nos R\$ 860, sabem quanto custa o pen drive? Está aqui também, acessei agora, está no meio dos meus documentos, estou aqui hoje fazendo propaganda, garoto propaganda, sabem quanto custaria um pen drive, o mesmo modelo que eles falaram ontem aqui, à vista? R\$ 59,90, R\$ 60,00 um pen drive! Vamos fazer a conta e trabalhar com a hipótese de que a menina se equivocou ontem aqui, a técnica se equivocou: pegamos o pen drive e jogamos no custo do televisor porque o USB já está compensado com o DVD, vamos comprar o pen drive nos mesmos R\$ 860, custa R\$ 60, então o custo do televisor é de R\$ 500 mais R\$ 60 do pen drive, dá R\$ 560, e 560 para 860, na minha matemática dá R\$ 300 de diferença. Se você fizer uma contabilidade de R\$ 300 X 22 mil são 6 milhões e 600 mil! Esta é a dúvida que fica pairando no ar!

Lamento não ter estado aqui ontem, claro que é culpa minha, é falha minha assumir compromissos no horário de Plenário, mas quero dizer aos Srs. Deputados, meu caro, ilustre Deputado Romanelli: pedi à Secretaria a

questão do ICMS, até hoje não me respondeu. Por isso, temos aí uma meia dúzia de mandados de segurança porque o Governo não explica e ele vai explicar na Justiça. Vai chegar um determinado momento que quem vai fiscalizar o Governo e vai determinar é a própria Justiça.

A nossa diferença, salvo alguém venha aqui novamente, com a mesma espontaneidade de espírito público, venha aqui e prove o contrário, estamos ainda comprando o pen drive separado com R\$ 300 de diferença em 1 televisor, R\$ 300 vezes 22 mil é muita diferença para que eu esteja equivocado.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

No horário da Liderança do PMDB, concedo a palavra ao Deputado Waldyr Pugliesi.

Liderança do PMDB: Deputado Waldyr Pugliesi

O SR. WALDYR PUGLIESI

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Venho a tribuna simplesmente para falar alguma coisa a respeito do pronunciamento do Deputado Plauto Miró Guimarães. Ele estava falando da estrada de Jaguariaíva a Arapoti, dali para Wenceslau Braz, que há muito tempo estão esperando não só essa obra como outras. Agora, Deputado Plauto, esperar, esperou o povo do Paraná. Durante os 8 anos do Governo Lerner não tivemos conhecimento praticamente de ação nenhuma do Governo nas estradas. Lembro-me que nós aqui falávamos da plantação que se fazia de bananeiras nos buracos que existiam nas estradas.

A senhora, Sra. Presidente, sabe aquilo que fizemos, por exemplo, lá em Maringá, Paçandu, uma obra monumental, que elaboramos na Secretaria dos Transportes e executamos. Para terem uma idéia, fizemos intervenções, poderíamos dizer, praticamente em 6 mil quilômetros, de estradas neste estado do Paraná. E posso, olhando aqui para os Deputados, fazer referência se quiserem, de obras que executamos pelo Paraná afora em todos os cantos. Aqui mesmo estava comentando com o Deputado Cheida a obra monumental que fizemos dentro de Londrina, a duplicação da Carlos Strass. O Duílio Genari está aí para testemunhar as obras que comandeí, que elas fossem feitas dentro do Governo Requião, por exemplo, na sua cidade, Toledo para Cascavel, a duplicação e de Toledo para Quatro Pontes.

Invoco o testemunho do próprio Líder do Governo, Deputado Romanelli, que até teve politicamente uma posição muito favorável pelas obras que o Governo fez em toda a região que ele representa.

Se eu olhar para todos os Deputados, aqui, o Teruo, as obras que fizemos em Paranavaí, em todo entorno de Paranavaí na direção do estado do Mato Grosso. Estavam falando, aqui, agora há pouco, da obra que fizemos uma ponte de 256 metros entre Tapira e

Santa Mônica. Agora, muita coisa, muitas vezes não é feita no tempo devido que pretendemos, vou até dizer ao Deputado Plauto Miró Guimarães, ele está no papel dele de fazer essa cobrança, que colocamos como prioridade nº 1, o asfaltamento de Jaguariaíva a Arapoti e a Wenceslau Braz. Mas, de Wenceslau Braz para cima, para Siqueira Campos, até Santo Antonio da Platina, fizemos. Mas, a elaboração, Deputado Dobrandino, do projeto para a execução do trabalho que deveria ter sido feito de Jaguariaíva a Arapoti e a Wenceslau Braz, foi elaborado de uma maneira que não contemplava as necessidades do trânsito monumental que se verifica nesse trajeto, principalmente depois do trabalho que fizemos da restauração desde Wenceslau Braz até Santo Antonio da Platina.

Então, lembro-me quando ele cobra a urgência, aquilo que cobramos durante 8 anos! Agora o Governo Requião tem a obrigação de fazer a manutenção daquilo que ele próprio fez, através da minha Secretaria. Tem que fazer a manutenção para que a qualidade de trafegabilidade seja boa, desde 1º de janeiro até 31 de dezembro.

Agora, muita coisa ainda precisa ser feita. Se no Governo anterior tivesse avançado um pouco, certamente que a minha presença na Secretaria dos Transportes poderia ter sido aliviada, mas não foi assim.

O Deputado Edgar Bueno pode dizer das obras que nós fizemos dentro da cidade dele. Além da duplicação Cascavel-Toledo, fizemos intervenções na área urbana. V. Exa. que pretende ser candidato a Prefeito, se for o vencedor, vai agradecer muito as obras que fizemos lá na sua cidade, porque aliviarão a sua atuação como futuro Prefeito, que V. Exa. pretende novamente ser naquele progressista município do oeste do Paraná.

Concedo aparte ao Deputado Ademar Traiano, com muita satisfação.

O Sr. Ademar Traiano (PSDB)

V. Exa. é um democrata por excelência. Estou aqui muito satisfeito, quero apenas fazer uma consideração à V. Exa. que foi um brilhante Secretário dos Transportes, e, talvez V. Exa. pudesse me ajudar, me trazer aqui uma informação de interesse da minha região onde atuo, a alguns Parlamentares da região sudoeste do Paraná, na fronteira.

Lembro-me perfeitamente que há 1 ano atrás, quando da elaboração da peça orçamentária e fazendo parte da Comissão de Orçamento, incluímos no orçamento da Secretaria dos Transportes um valor de R\$ 2 milhões, emenda esta da Comissão de Orçamento, para a execução de uma obra vital da minha região, do trecho que liga Santo Antonio do Sudoeste a Pranchita, que está uma vergonha! Não há mais como transitar. Todos os dias há manifestação da população e, lamentavelmente, esse recurso estava inserido no orçamento da Secretaria e não foi executado. Se V. Exa. pudesse me trazer esta informação, as razões porque não aconteceram e quando o Governo vai executar essa obra, porque ela cruza dentro da minha cidade, onde fui Prefeito, é uma extensão de 15

quilômetros. Há um fluxo muito grande de funcionários de empresas, de fábricas, que transitam nesse local e, lamentavelmente, o Governo deixou esquecida essa obra.

Quero fazer esta cobrança a V. Exa. que foi Secretário dos Transportes, até a título de colaboração ao seu pronunciamento.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. WALDYR PUGLIESI (PMDB)

Deputado Traiano, V. Exa. sabe que me afastei da Secretaria para disputar eleições no dia 30 de abril de 2006. Logicamente que tínhamos toda uma programação que estava sendo executada; com a minha saída os companheiros que ficaram lá, logicamente continuaram a fazer a execução daquelas obras. Agora de memória, assim no momento, não me lembro dos valores, mas seria muito fácil, por exemplo, V. Exa. apanhar um telefone e fazer uma ligação para a Secretaria dos Transportes ou para o DER, que prontamente eles responderiam a V. Exa. em relação a essas questões.

Fizemos intervenções em praticamente todo o estado do Paraná, mas nós cobrimos todas as necessidades? Não! Porque era praticamente impossível!

O Sr. Ademar Traiano (PSDB) (Aparte)

Deputado Valdir, não quero condená-lo de forma alguma, até porque reconheço seu trabalho. Apenas quero fazer essa consideração e tenho certeza que enquanto Secretário, à época, deveria ter priorizado aquela obra porque ela estava prevista orçamentariamente. Portanto, o Secretário que ficou no seu lugar, com certeza abandonou o projeto por orientação de alguém.

O Sr. Luiz Malucelli (PSDB) (Aparte)

Gostaria também de cumprimentá-lo pela excelente gestão que fez frente à Secretaria dos Transportes. O senhor revolucionou principalmente o norte pioneiro, região em que fui muito bem votado.

Gostaria de fazer coro ao Deputado Traiano e pedir ajuda ao Governo, do Deputado Romanelli, Deputado Mamede, Deputado Plauto, que pediu também junto conosco, porque Jaguariaíva até Wenceslau Braz o senhor tem consciência e noção do estado precário que está aquela rodovia. Cada vez que vamos para lá, principalmente os 19 quilômetros que ligam Jaguariaíva a Arapoti, infelizmente à noite é impossível de transitar!

Mais uma vez parabeno o senhor, na sua gestão o Paraná mudou a fisionomia das estradas. O senhor, com a sua liderança, do Deputado Romanelli, Líder do PMDB, que teve milhões de votos naquela região, que dêssemos uma resposta àquele povo que aguarda o recape daquela estrada.

Muito obrigado!

O SR. WALDYR PUGLIESI (PMDB)

Agradeço o aparte não só de V. Exa, como do Deputado Traiano e gostaria que vocês, no intuito até de

colaborar, pudessem colocar no papel as reivindicações das regiões que representam e poderiam fazer a entrega desse material, sem nenhuma burocracia, a mim mesmo ou diretamente na Secretaria dos Transportes. Creio que todos esses pedidos seriam levados em conta.

Agradeço!

O SR. RENI PEREIRA (PSB) (Pela Ordem)

Para anunciar aqui a presença, na nossa tribuna de honra, do ex-Presidente da CDL - Câmara de Dirigentes Lojistas de Cascavel e hoje, Vice-Presidente da Associação Comercial e Industrial de Cascavel, com certeza futuro Prefeito daquela cidade, se o povo assim desejar, Sr. André Bueno.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Devidamente registrado. Sejam muito bem-vindos! Com a palavra o Deputado Luiz Carlos Martins.

Liderança do PTB: Deputado Luiz Carlos Martins

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Tenho absolutamente certeza que todos nós aqui, inclusive a senhora, já devem ter recebido em seus gabinetes denúncias anônimas. Eu também recebi várias denúncias anônimas, inclusive contra companheiros e companheiras desta Casa, como os senhores também devem ter recebido a meu respeito, não sei. A orientação que tenho no gabinete é que quando chegar denúncia anônima, seja contra quem for, tem uma maquininha para picotar que não quero nem ver! É anônima? Não merece crédito! Não estaria na hora de esta Casa regulamentar essa questão e dar até um instrumento legal ao Ministério Público?

Me parece, e pelas consultas que fizemos, está faltando uma regulamentação, a parte legal, para que o Ministério Público deixe de aceitar as denúncias anônimas. Que coisa feia! Isto até parece tempo da ditadura! Voltar atrás, nunca mais!

Então, não estaria na hora de esta Casa - e alguém disse aqui da tribuna, me parece que foi o Deputado Cartário - que temos que nos levantar, não ter vergonha de sermos Deputados. Daqui a pouco vamos ter vergonha de ser Deputados, do jeito que a coisa vai. Eu não tenho vergonha e tenho certeza de que nenhum Deputado tem vergonha de ser Deputado.

Então, está na hora de esta Casa tomar a iniciativa e regulamentar, através de um projeto de lei, discutir esta questão, que é muito séria. De repente eu olho para o Deputado Nereu e falo: poxa, o Nereu poderia engordar um pouquinho mais; vou fazer uma denúncia anônima contra o Nereu. Porque eu não gostei do sapato do deputado Waldyr Pugliesi, vou fazer uma denúncia contra o deputado. Eu não preciso dizer meu nome! Aí vira uma farra! E uma farra malvada, um farra desigual!

O Sr. Ney Leprevost (PP) (Aparte)

Deputado Luiz Carlos Martins, quero cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento e quem conhece minha vida pública há mais tempo sabe do respeito que tenho pelo Ministério Público. Acredito que é mais uma instituição importantíssima para passarmos o Brasil a limpo. O Brasil precisa ser passado a limpo. Eu diria que o Ministério Público, a Polícia Federal e a imprensa séria, independente e imparcial, correspondem a um anseio da sociedade brasileira de moralização. Mas existem, realmente, coisas que não podem ser levadas em consideração. E uma delas é a chamada denúncia anônima. O anonimato é a arma dos covardes!

Quem deseja fazer uma denúncia - e normalmente os que as fazem são políticos interessados em disputar um mesmo cargo, ou ocupar um mesmo espaço - que façam estas denúncias abertamente.

A denúncia anônima não pode ser levada em consideração. E creio ser salutar formularmos um projeto de lei regulamentando esta questão, até como forma de auxiliar o Ministério Público, para que a credibilidade desta instituição importantíssima e que faz um trabalho eminentemente necessário, seja preservada, porque se continuarmos acatando denúncias anônimas, chegaremos a um ponto, neste país, em que os políticos que disputam o mesmo espaço se auto-destruirão mutuamente, porque esta é uma prática que vejo que vem crescendo, é uma prática que está sendo adotada - lamentavelmente - por muitas pessoas, única e exclusivamente com o intuito de denegrir a imagem de concorrentes, de adversários ou até mesmo de inimigos. E quando vai se verificar com mais profundidade essas denúncias, o estrago já está feito, a imagem da pessoa já foi destruída. E mesmo a pessoa alcançando a absolvição, ela não consegue, muitas vezes, recuperar-se do desgaste que foi impingido a si, devido a essas denúncias anônimas que proliferam por aí.

Portanto, minha posição é frontalmente contra a denúncias anônima e creio que o Poder Judiciário e o Ministério Público não devem levar em conta esse tipo de denúncias. Quem quiser fazer uma denúncia que vá à imprensa, às rádios, aos jornais, coloque a cara para bater e faça essa denúncia. Quem quiser fazer uma denúncia que venha à tribuna da Assembléia. Quem quiser fazer um denúncia, que protocole um ofício assinado no Ministério Público, como nós mesmos já fizemos várias vezes em relação a entes governamentais. Agora, denúncia anônima é inadmissível e por isso coloco aqui o meu apoio ao seu pronunciamento desta tribuna.

Obrigado, Deputado!

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)

Pois não, Deputado Ney Leprevost! É até uma forma de preservar o trabalho do Ministério Público, que precisa desse instrumento legal para não aceitar a denúncia anônima.

Deputado Rossoni, ainda estou com aqueles números. Paramos nos R\$ 300 de diferença, o que dava um total de 6 milhões e 600 mil. E daí, o que fazer?

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Deputado, posso reprisar?

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)

Pode.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Veja o seguinte, a questão do DVD, que não tem no televisor "mata" o pen drive e o custo do DVD inclusive é maior. Mas, já temos outras informações. Se você pegar o custo total do televisor hoje na internet, são 659, menos o ICMS, são 546. Desses 546, eu disse que não queria 10% de desconto, mas que queria só 8% - o custo do televisor seria R\$ 500. Então, a diferença está entre 300 e R\$ 360. Como eu achava que o pen drive estava no custo, justifica-se mais R\$ 60, então iria para R\$ 560. Mas, agora a notícia que me chega é que o pen drive não está no custo, então a diferença está entre 500 do custo para 800 que foi pago. Mas, acho que o Pastor Praczyk está pedindo um aparte e tem informações que são importantíssimas.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)

Concedo um aparte ao Deputado Edson Praczyk.

O Sr. Edson Praczyk (PRB)

Serei muito breve, Deputados!

Segundo informações de 6 técnicos de minha confiança, o preço do dispositivo que dá acesso ao pen drive, o tão famigerado dispositivo que faz o diferencial nessas televisões alaranjadas custa R\$ 8 a unidade. E mais o dispositivo de leitor do cartão, que também faz parte desse televisor, custa R\$ 12 o preço unitário. Então, R\$ 8 mais R\$ 12 são R\$ 20.

Então vejam a disparidade, a diferença. Embora concorde com a linha de raciocínio do Deputado Valdir Rossoni, de equiparar esse dispositivo pen drive e leitor do cartão ao DVD, mas, há uma margem muito maior do que essa já detectada pelo Deputado. Então, estamos falando de apenas R\$ 20, isso sem descontos, sem isenção de ICMS, sem o poder de comprar em grande quantidade.

Muito obrigado!

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)

O Deputado Traiano está pedindo um aparte.

O Sr. Ademar Traiano (PSDB)

Para lhe dizer, Deputado Luiz Carlos Martins, o quanto é importante a função da Oposição neste Parlamento. Ontem o Deputado Dobrandino reconheceu, de público, aqui, uma ação do Deputado Valdir Rossoni, como Líder das Oposições, em que inviabilizou momen-

taneamente uma licitação de compra de tratores pelo Governo do Paraná.

Portanto, ainda está em tempo para que tomemos as providências e o Governo tome as providências com relação a essa compra dos televisores. E vou um pouquinho mais além: acho que deveríamos fazer um requerimento nesta Casa para solicitar à indústria que fabricou, a fotocópia da nota fiscal emitida para quem vendeu as televisões para o Governo. Esse requerimento já deve estar andando para que apresentemos aqui neste Plenário.

Muito obrigado pelo aparte!

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)

Sra. Presidente, para encerrar!

Deputado Romanelli, sinceramente e do fundo do meu coração, não vejo o Secretário Maurício Requião como um homem desonesto! Sério! Não vejo! Inclusive conheço histórias exemplares do Maurício. Com certeza, Deputado Romanelli, e já sugeri lá atrás, traga ou convide o Maurício para vir aqui em um Grande Expediente neste Plenário, durante a Sessão, e eu tenho certeza que ele virá e ele vai explicar para todos nós esses levantamentos todos.

Ninguém está afirmando aqui, é bom deixar bem claro, ninguém está condenando o Secretário Maurício Requião. É que esses números levantam questionamentos, eu tenho certeza que o Maurício virá com o maior prazer aqui e ele vai explicar esses pontos para todos nós. Esse apelo eu faço ao Líder do Governo, Deputado Romanelli.

Sra. Presidente, muito obrigado pela paciência.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Liderança do Governo, Deputado Romanelli, por 10 minutos.

Liderança do Governo: Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Quero começar dizendo, Deputada Cida, que V. Exa. tem, de fato, tido muita serenidade para presidir essas Sessões, e penso que só valoriza o gênero feminino pela forma com que dirige, firme, mas de forma extremamente meiga.

Agora, quero dizer, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quem ouve a Oposição falar da tribuna desta Casa, até parece e pensa que eles estão falando sério, com sentimento no coração mesmo, porque, olha, conheço de fato a capacidade de argumentar dos Deputados Luiz Carlos Martins, Valdir Rossoni. Ontem foi muito lamentável que o Deputado Valdir Rossoni, por razões pessoais, não estivesse aqui nesta Casa, porque, Deputado Valdir Rossoni, o Deputado Artagão fez um pronunciamento, explicou detalhadamente o procedimento da compra dos televisores, trouxemos aqui um televisor, que só não veio aqui ao plenário porque o Presidente Nelson

Justus preferiu que para cá não viesse, mas ficou no comitê da imprensa, e os Deputados foram lá conhecer o televisor, conhecer o sistema, o funcionamento, conhecer o software que tem dentro daquele televisor que permite a interatividade com a utilização do pen drive, do cartão de expansão.

E V. Exas. insistem na matemática. Confesso que não entendo de superfaturamento, mas percebi que o Pastor Praczyk, Deputado Valdir Rossoni e o Deputado Luiz Carlos Martins entendem muito de superfaturamento, porque, olha, sinceramente, fazer aquele esforço, Deputada Beti Pavin, aquela “matemática” que eu vou ali hoje, sinceramente é um grande esforço, de fato, para querer confundir, não só os Deputados, embora eu pense que ninguém é confundido, porque afinal de contas quem chegou aqui chegou depois do maior dos concursos que é passar pelo crivo do voto popular.

Queria dizer que não vou permitir aparte, porque V. Exas. ocupam todo horário destas Sessões para poder falar mal do Governo. E tenho dito, imaginem se nós sociedade paranaense, conseguíssemos, ou devêssemos, ou precisássemos ser pautados na nossa vida diária na auto-estima, se o Governo fosse pautado por esse discursos apocalípticos que temos ouvido aqui nesta Casa, olha, felizmente a sociedade, e o Governo, é descolado dessa absoluta catarse que eu ouço aqui nestas Sessões. Mas, a democracia pressupõe esse debate político tem que ser respeitoso, mas penso que mais do que ser respeitoso, da forma como temos nos respeitado ao longo das nossas vidas, tem que ser respeitoso em relação a inteligência das pessoas.

V. Exas. têm que reconhecer que esse projeto tecnológico, que dá um salto de qualidade em relação a educação pública, que permite ao aluno da escola pública ter qualidade, vai melhorar muito a qualidade da sua educação, um projeto maravilhoso igual a esse, V. Exas. querem desfazer daquilo que é tão bonito, que é o orgulho, Deputado Cheida, para todos nós que acreditamos que a educação no nosso estado está sendo tratada como tem que ser: sagrada. Com valorização do magistério, com investimentos na recuperação das escolas, com a construção de novas unidades que ficaram abandonadas durante os longos anos que escureceram a história política neste estado.

Tenho muito orgulho em dizer que esse programa vai viabilizar a educação com mais qualidade ainda. Foi feito de forma lícita, correta.

Reconheço que muita gente tem dor de cotovelo. Fala: “Meu Deus do céu! Durante oito anos que fomos Governo, não tivemos a capacidade de fazer isso.” Em compensação quantos milhões de reais foram desviados na área de educação, pelas ONGs por onde o dinheiro público escoava? Quanto escândalos que nós, sociedade paranaense, assistimos?

O PSDB, pelo menos o PSDB do Prefeito Beto Richa, não deve participar desse processo. Temos visto que ele não é saudável.

Ouvi o Deputado Plauto Miró na tribuna, sinceramente Deputado Plauto, pensei que V. Exa. iria subir à tribuna para me agradecer, falar: "Obrigado, Deputado Romanelli, por representar bem a nossa Arapoti, o nosso norte pioneiro, nossos campos gerais, de conseguir com que o norte do Paraná possa ter essa obra de restauração da PR-092." Trevo esse que tanto foi reivindicando por aquela comunidade de Arapoti e consegui, ainda antes de ser Deputado, e já está em fase adiantada e que liga as duas cidades. Fiquei muito satisfeito quando o Governador Roberto Requião assinou a autorização para efetuar o procedimento licitatório, porque aquela empreiteira anterior assinou o contrato, e V. Exa. conhece bem, Deputado Plauto, não fez a obra. Queriam aditivo de 100% para realizar a obra. E o nosso governo não se submete a esse tipo de chantagem de empreiteiras do satanás, que querem superfaturar as obras públicas.

Por isso, um novo e lícito processo licitatório, Deputado Valdir Rossoni.

Gostaria também de dizer que para nós o importante é avançar. É termos a coragem de enfrentar a cada dia os novos desafios para construir uma sociedade mais justa, colocar em prática a nossa política de desenvolvimento estadual.

Muito obrigado!

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Gostaria de comunicar aos Deputados e Deputadas que às 17h terá uma Sessão Solene em comemoração ao Dia do Doutor Daisaku Ikeda. Sejam bem-vindos nossos convidados que já se encontram aqui.

No Horário da Oposição, com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

Liderança da Oposição: Deputado Valdir Rossoni (PSDB)

O SR. VALDIR ROSSONI

Considero importante seu comunicado e vou procurar respeitar, dentro dos limites do tempo, mas não posso ficar aqui calado mediante o encaminhamento do Governo.

Deputado Romanelli, V. Exa. tem alta sabedoria jurídica e eu tenho uma pequena sabedoria matemática, formado em matemática. Então, não tenho dificuldade com tabuada, até por que, hoje, não usamos mais a tabuada, temos auxílio dos meios eletrônicos.

Deputado Romanelli, V. Exa. tem uma caneta? Até pela liberdade que tenho e vou ser repetitivo, vou comprar um televisor, hoje. Vamos fazer uma "vaquinha", como diz o velho ditado, e vamos comprar o televisor. Peço à minha assessoria que acesse, neste momento, ...

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Me permite um aparte?

(Assentimento)

Só para dar uma sugestão. Queria pedir o testemunho do Deputado Traiano, que é comerciante, e de V. Exa. também. Deputado Rossoni, quando uma mercadoria sai da fábrica, por exemplo, a CCE fez 22 mil televisões, expediu uma nota de saída, não é? Haverá de ter uma nota de saída, porque essa mercadoria percorreu o território brasileiro até aqui. Tem que ter uma nota de transporte e tem que ter o valor dessa nota por unidade. Então, para acabar com esse problema, queria sugerir que se pegasse a nota da CCE, lá em Manaus, e fizesse a comparação com a nota apresentada pela Cequipel e pronto, resolveria o problema. É a sugestão que deixo para acabar a polêmica.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Quero dizer a V. Exa. que V. Exa. resolveu. Não é mostrando a televisão que vai resolver o nosso problema. O que estamos questionando não é a cor laranja, nem prateada, o que estamos questionando é o preço, é o valor.

Peço para a minha assessoria que compre agora, na internet, a TV CCE tela convencional plana, 29 polegadas, no valor de R\$ 659. Vamos comprar essa televisão para guardar para a história do Paraná. Quem ajudar a pagar, ajuda, senão vai ficar na Liderança da Oposição.

Quando você compra um televisor por R\$ 659, temos um tratamento diferente: nós pagamos o ICM. O Governo não pagou o ICM. Então, esse preço do televisor ficou R\$ 546. Aí o argumento do Governo, e vou ser repetitivo e cansativo, até porque eu sei que o Deputado Romanelli agora vai me compreender, aí é o seguinte: "Ah, mas nós instalamos USB". USB, falou o Pastor Praczyk, agora, com propriedade, da questão do cartão e do USB, custa R\$ 8 o USB e R\$ 12 o cartão. São R\$ 20.

Eu pergunto para você: quanto custa um DVD? Um DVD, para custar pouco, custa mais de R\$ 100. Aí já tem mais de R\$ 80 de diferença. Então, agora, nós colocamos, na verdade, na velha prática, o "Bob na sala". Agora é maior a diferença. Antes era R\$ 360 e, agora, já aumentou, mas vamos diminuir os desacertos, os desacordos e os desencontros, vamos ficar nos R\$ 360. Guardem esse número: R\$ 860 foi o valor pago pela televisão. O preço de compra, hoje, é R\$ 500. São R\$ 360 de diferença, multiplicados por 22 mil, estamos falando em 7 milhões e lá vai "bordoadas".

O Sr. Geraldo Cartário (Sem Partido)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Rossoni, ontem, quando aqui chegou a televisão - e já foi denominada de "televisão laranja" - eu lembrei muito do saudoso Presidente desta Casa, Aníbal Khury, que dizia: "A Inês é morta".

Acho que essa televisão que aqui chegou ontem, deveria ter chegado antes de ter sido comprada. O Governo do Estado, não estou aqui pondo em dúvida, simplesmente essa demonstração da televisão tinha que

ter sido feita antes de ser comprada. Depois que comprou, “a Inês é morta”.

O Presidente da Comissão de Fiscalização tentou explicar, com a sua propriedade, mas não convenceu a Oposição. V. Exa. como Líder da Oposição, tem outros caminhos agora pela frente. Tem o Tribunal de Contas para fiscalizar a transação, para não deixar dúvidas ao Paraná e posteriormente tem o tão falado Ministério Público.

Obrigado.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Veja, Deputado Cartário, na semana passada - e quero aqui cumprimentar o Deputado Pugliesi - subi aqui e falei dos tratores. O Deputado Pugliesi foi lá, em vez de me criticar disse o seguinte: “Vamos verificar”. Depois, o Deputado Pugliesi falou da tribuna, dizendo o seguinte: “Talvez o Governo tenha mudado as exigências da concorrência dos tratores para possibilitar a todos os fabricantes participarem do pregão.”

Essa questão dos televisões, e é aí que fica a dúvida, Deputado Waldyr Publiesi, e eu estava falando há pouco a V. Exa., não recebo denúncia da Secretaria dos Transportes. Não consigo. Então, veja o seguinte: como é que é de se estranhar, me desculpe o Deputado Romanelli, não quero ser ofensivo, mas tenho que ser interpretativo. Ora, temos questionamentos do Governo que faz 6 meses que estamos pedindo e o Governo não tem pressa. Casualmente, estávamos esperando entregar os famosos televisores. Falamos na quinta, na segunda e já apareceram os televisores.

O problema nosso não é o televisor; o problema nosso não é a cor do televisor; o problema nosso não é o pen drive; o problema nosso não é o USB; o problema nosso não é o cartão. O nosso problema é o preço.

Por esta razão, encareço ao Líder do Governo que encaminhe - e ele tem poderes para isso - a nota fiscal da fábrica, da CCE, que veio para a Indústria de Móveis Cequipel. Vai ser fácil, amanhã está respondido e eu venho aqui me redimir. O Governo já não recebeu 9 mil televisores? Recebeu! Vem a nota fiscal da fábrica para a Cequipel, a fábrica de móveis que nunca vendeu televisores, e vem a nota da Cequipel para a Secretaria da Educação. Se vierem as duas notas e eu estiver equivocado, me submeto à verdade. Não estou em busca do que não é verdade. Agora, quem trouxe o questionamento e aí alertou as nossas antenas, foi o próprio Governo.

A grande verdade é que está muito mal explicado, tiveram muita pressa de explicar essa questão dos televisores e aí, ontem, quando eu estava num encontro do PSDB, a imprensa me disse: “Bem, hoje, que levaram os televisores você não está lá”. Não pude, mas hoje estou aqui.

Um aparte ao Deputado Praczyk.

OP SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB)

Serei muito breve.

Esses televisores saíram da fábrica por algum meio de transporte. Se terrestre, a cópia desta nota fiscal deve obrigatoriamente ter ficado na barreira. E conseqüentemente encaminhada para a Secretaria da Fazenda. Então, não necessariamente, esperamos a original que está de posse do comprador, mas a cópia já será suficiente para esclarecermos essas dúvidas todas.

Muito obrigado.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

O meu tempo terminou e quero respeitar, até porque a Presidente tem uma outra programação e quero respeitar aqui a brilhante conduta da Casa pelo Deputado Cida, mas a grande verdade, Deputado Romanelli, encerre esse episódio amanhã, com a mesma presteza que lhe é peculiar. Traga a nota da CCE a Cequipel e traga a nota da Cequipel para a Secretaria da Educação. Amanhã estará morta a charada e vamos dormir em paz, com o nosso dever cumprido.

Obrigado.

O SR. PLAUTO MIRÓ (Democratas)

Pela ordem, Sra. Presidente?

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Deputado Plauto, eu gostaria que tivesse a nobre colaboração com os nossos convidados. Não colocamos ainda a pauta em votação e os requerimentos. Peço a compreensão dos nossos colegas Deputados e Deputadas desta Casa.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Pela ordem Sra. Presidente?

(Assentimento)

Queria adiantar a este Plenário, que em função do pronunciamento do Deputado Rossoni, vou requerer amanhã que a Assembléia Legislativa peça as notas da CCE, em Manaus. Vou fazer um requerimento para compararmos a nota e acabar essa confusão dessa danada televisão laranja.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Concedo a palavra ao Deputado Plauto, pela ordem.

O SR. PLAUTO MIRÓ (Democratas)

Para deixar bem claro, inicialmente, quero dizer ao Líder do Governo que não tem absolutamente nada para agradecer a ele, como representante do Arapoti, porque aqui ele citou o meu nome. Faz 5 anos que eles estão prometendo e, infelizmente, até agora nada aconteceu. Não sei quem é a empreiteira, foram eles que contrataram. Não faço parte do Governo.

Obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Não cabe questão de ordem.

Ordem do Dia:

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicação nº 259/07, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado e ao Secretário de Estado da Saúde a reforma e ampliação das instalações da 15ª Regional de Saúde de Maringá. À **Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 260/07, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Secretário de Estado da Saúde e à Secretária de Estado da Administração e Previdência Social a implantação da jornada de trabalho de 30 horas para os servidores dedicados à saúde do estado do Paraná. À **Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de resolução de autoria do Sr. Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À **Diretoria Legislativa.**

Projetos de lei em número de 02 (dois), de autoria do Sr. Deputado Marcelo Rangel, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À **Diretoria Legislativa.**

Projetos de lei em número de 02 (dois), de autoria do Sr. Deputado Luiz Eduardo Cheida, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À **Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À **Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Dr. Batista, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À **Diretoria Legislativa.**

Projetos de lei em número de 03 (três), de autoria do Sr. Deputado Luiz Accorsi, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À **Diretoria Legislativa.**

Projetos de lei em número de 02 (dois), de autoria do Sr. Deputado Fábio Camargo, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À **Diretoria Legislativa.**

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Pela ordem, Sra. Presidente?

(Assentimento)

Sra. Presidente, Deputada Cida Borghetti, quero apenas, com muito prazer e alegria, e tenho certeza também que em nome do Deputado Edgar Bueno, registrar a

presença dos universitários da conceituada Universidade de Cascavel, a UNIVEL, que hoje pela manhã e agora a tarde fazem uma visita a esta Casa. Queremos recebê-los aqui com respeito e educação e dar a todos as nossas boas-vindas.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Sejam todos muito bem-vindos.

O SR. EDGAR BUENO (PDT) (Pela Ordem)

Reforçando a saudação que o Deputado Nereu Moura fez, quero também saudar e agradecer a presença desses universitários do curso de Direito e também do curso de Jornalismo da UNIVEL, muito bem lembrado pelo Deputado Nereu Moura. Quero fazer o agradecimento porque eles vêm para conhecer o funcionamento da Assembléia Legislativa e de outros órgãos do Governo e da Justiça. Então, quero parabenizar pela idéia e agradecer ao Pedro Araújo, que foi o organizador desse evento, dessa caravana que veio para cá. Então, os nossos agradecimentos, a Casa estará sempre aberta a todos vocês.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Gostaria de registrar a presença da Dra. Maria Tereza Gomes, Promotora, Procuradora do Estado do Paraná, foi Presidente e é hoje Presidente da Associação dos Procuradores do Estado do Paraná. Seja muito bem-vinda.

O SR. PROFESSOR LUIZÃO (PT) (Pela Ordem)

Quero apenas registrar a ausência do Deputado Elton Welter, por estar enfermo. Ele está em tratamento de saúde durante esta semana.

O SR. NEY LEPREVOST (PP) (Pela Ordem)

Apenas para cumprimentar a Dra. Maria Tereza Gomes e externar, em nome da Bancada do Partido Progressista, do Deputado Antonio Belinati, do Deputado Duílio Genari, da Deputada Cida Borghetti, e em meu nome, os cumprimentos pelo excelente trabalho que ela vem desenvolvendo na associação que hoje congrega os Promotores e os Procuradores de Justiça do Estado do Paraná.

E parabenizar o Ministério Público pela defesa dos interesses da sociedade e da moralidade na administração pública.

Muito obrigado.

Discussão/Votação

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 352/07, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que autoriza a estadualização da rodovia que liga Pinhal de São Bento a Ampére. **Aprovado. (Publ. no DA nº 046/07, de 14/04/07, em Projetos de Lei).**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 358/07, de autoria do Deputado Nereu Moura, que autoriza o Poder Executivo a proceder a reversão ao patrimônio do município de Diamante do Sul dos imóveis situados na área urbana do referido município. **Aprovado. (Publ. no DA nº 049/07, de 16/05/07, em Projetos de Lei).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 484/07, de autoria do Deputado Nereu Moura, que declara de utilidade pública a Associação Regional dos Avicultores do Oeste e Sudoeste do Paraná, com sede e foro em Capitão Leônidas Marques. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 484/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Regional dos Avicultores do Oeste e Sudoeste do Paraná, com sede e foro no município de Goioerê.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 20.08.07.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

TERUO KATO - Relator

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 529/07, de autoria dos Deputados Péricles de Mello e Elton Welter, que declara de utilidade pública a Associação Luterana Alvorada de Serviço Social, com sede e foro no município de Marechal Cândido Rondon. **Aprovado. (Publ. no DA nº 084/07, de 17/07/07, em Projetos de Lei).**

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 009/07, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que institui o Prêmio Maria da Penha. **Aprovado. (Publ. no DA nº 029/07, de 16/04/07, em Projetos de Resolução).**

3ª Discussão

ITEM 06

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 355/07, de autoria dos Deputados Rosane Ferreira, Ribas Carli Filho e Rui Hara, que institui o Programa Compromisso Social de Prestação de Serviços à Comunidade por Alunos dos Cursos de Graduação das Universidades Públicas Estaduais. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e CECECT. COM EMENDA DA CF. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CF. APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Aprovada a emenda da CF.**

ITEM 07

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 459/07, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, que institui o dia 20 de junho como o Dia da Superação do Analfabetismo no Paraná. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CECECT. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ. APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Aprovada a emenda da CCJ.**

2ª Discussão

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 150/07, de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná - Ofício nº 123/07, que cria cargo que especifica, na estrutura do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF.**

Em discussão. Em votação.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Para Encaminhar**)

Quero dizer que esse projeto que V. Exa. coloca na Ordem do Dia, discussão do Projeto de Lei nº 150/07, de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, cria o cargo que especifica na estrutura do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado, com pareceres favoráveis da CCJ e da CF., que eu vou votar a favor, até porque acho que o projeto é bom para o nosso Tribunal de Contas.

Mas, gostaria de fazer um alerta a esta Casa, Sra. Presidente, porque quando algum Prefeito deixa de cumprir um item, o Tribunal de Contas rejeita as contas e cria um problema político para o Prefeito, para o político, na sua cidade, quando ele emite um parecer prévio sobre esse caso.

Pois bem, o Tribunal de Contas do Paraná pede para criar um cargo nesta Casa, é um cargo só, de R\$ 5 mil. Esta Casa tem, por obrigação, Sra. Presidente, porque muitos projetos que às vezes apresentamos aqui, passam pela CCJ e a CCJ diz que são inconstitucionais e derruba projetos importantes. Mas quando a CCJ quer, e aqui vai uma crítica construtiva aos companheiros, quando a CCJ quer, o projeto passa.

Esse projeto do Tribunal de Contas quando chegou a esta Casa, quando passou na Comissão de Justiça estava ilegal, estava improcedente, ele não constava daquilo que

determina a LRF, que o Tribunal cobra tanto dos Prefeitos! Veio com vício de origem, não veio o impacto financeiro, quanto representava, como determina a lei! O que deveria fazer a Comissão de Justiça desta Casa? Deveria mandar para o beleléu esse projeto! Deveria arquivá-lo por falta de constitucionalidade, por falta de documentos, mas a CCJ, como se trata de um órgão auxiliar da Assembleia - é aí que nós pecamos, Deputado Belinati, porque se erramos num pontinho eles nos dão uma cacetada e quando eles erram nós os aplaudimos - esse projeto chegou sem o impacto financeiro à CCJ e foi aprovado, entrou dia 16 aqui na Casa, dia 3 a CCJ aprovou! O Presidente não era o Deputado Durval Amaral, naquele dia era Presidente o Deputado Caíto Quintana, e aí foi aprovado o projeto, sem o impacto financeiro!

No dia 11 foi a Comissão de Finanças da Casa, a Comissão que zela pelas finanças e a CF, Sra. Presidente, constatou que havia um erro e a Comissão de Finanças determinou que deveria aprovar o projeto, mas que estava faltando o impacto financeiro, mas a comissão aprovou, aprovou no dia 11 de julho! Deu parecer favorável a esse projeto para vir à Ordem do Dia!

Para terminar, aí vem o nosso Presidente do Tribunal de Contas - nosso eminente apreciador de cavalos, aliás, dizem que tem um haras muito bonito, um haras maravilhoso, espetacular o haras do Presidente Nestor Baptista, dizem que é apreciador de corridas - o Presidente vem e diz o seguinte, isso no dia 2 de agosto, olhem a inconstitucionalidade! Dia 2 de agosto já tinha sido aprovado pela Comissão de Justiça, e dá uma declaração, eu não sou advogado, sou um radialista que tem 5ª série, Sra. Presidente, tenho a 5ª série, mas tenho a escola da vida! Diz a declaração do Sr. Presidente: "Declaro, em atendimento às disposições legais que as despesas decorrentes do anteprojeto de lei anexo estão contempladas na Lei Orçamentária do exercício financeiro de 2007, no plano plurianual 2004-2007, que atende ao dispositivo do artigo 17 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como os limites impostos no artigo 55, inciso I, alínea "a", estão sendo respeitados, conforme demonstrado através da previsão de impacto financeiro. Curitiba, 2 de agosto de 2007."

Depois de a CCJ e a Comissão de Finanças dizerem que podia votar, isso veio depois e diz a Lei de Responsabilidade Fiscal - me socorra aqui o nosso eminente Presidente da CCJ que não presidiu essa Sessão, era sua assinatura - diz aqui a Lei de Responsabilidade Fiscal: "A pessoa que ordena a despesa deve fazer essa declaração no bojo do projeto."

Então, senhores, o Tribunal de Contas também faz as suas burradas, o Tribunal de Contas não está isento, o Chefe do Tribunal de Contas, que gosta de cavalos, também comete seus erros. Aqui está um erro. Mas não podemos deixar isso passar, as Comissões estão aqui para cuidar disso.

Como sei que houve um zelo por parte do Deputado Reni, que pediu e vieram depois os documentos, vou

votar a favor, porque isso aqui é só um errinho, uma formalidade, isso não tem crime nenhum. Mas agora, quando é o coitadinho do Prefeito de interior, sabe como é chamado isso aqui? Improbidade, falta de zelo, falta de cumprir com a Lei de Responsabilidade Fiscal. Pois bem, está mostrado e provado que o Tribunal de Contas induziu ao erro, mas que somos bonzinhos, nosso coração é como o de mãe, sempre cabe uma modificaçãozinha e vou votar a favor, porque esse projeto deve ser bom para o Tribunal de Contas.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Está em votação o projeto. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 169/07, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, que dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas projetistas e de construção civil a prover os imóveis residenciais e comerciais de dispositivo para a captação de água da chuva e dá outras providências. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ.**

Sobre o referido projeto, substitutivo geral de plenário, nº 1, nos seguintes termos:

SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO, DE Nº 01, AOS PROJETOS DE LEI NºS 169/07, 168/07 e 015/07

Apensa os Projetos de Lei nºs 168/07 e 169/07, de autoria do Deputado Estadual Luiz Eduardo Cheida e o Projeto de Lei nº 015/07, de autoria dos Deputados Estaduais Tadeu Veneri e Rosane Ferreira, passando esses projetos a tramitarem como um, com a seguinte súmula e redação:

"SÚMULA:

Cria o programa de conservação e uso racional da água no estado do Paraná, dispondo sobre a obrigatoriedade das empresas projetistas e de construção civil a prover os imóveis residenciais e comerciais de dispositivos para captação de águas de chuva, bem como sobre a instalação de dispositivos hidráulicos visando o controle e a redução do consumo de água e adota outras providências.

Art. 1º Fica criado, o programa de conservação e uso racional da água no estado do Paraná.

Art. 2º O programa a que se refere o artigo 1º tem como objetivo instituir medidas que induzam à conservação, uso racional e utilização de fontes alternativas para captação e reaproveitamento de água nas edificações residenciais e comerciais, bem como nas edificações públicas estaduais, além de promover a conscientização dos usuários sobre a importância da conservação da água.

Art. 3º Para os efeitos desta lei e sua adequada aplicação, são adotadas as seguintes definições:

I - conservação e uso racional da água - conjunto de ações que propiciam a economia de água e o combate ao desperdício quantitativo nas edificações;

II - desperdício quantitativo de água - volume de água potável desperdiçado pelo uso abusivo;

III - utilização de fontes alternativas - conjunto de ações que possibilitam o uso de outras fontes para captação de água que não o sistema público de abastecimento;

IV - águas servidas - água utilizadas no tanque ou máquina de lavar e no chuveiro.

Art. 4º Ficam as empresas projetistas e de construção civil no estado do Paraná, obrigadas a prover coletores, caixa de armazenamento e distribuidores para água da chuva e de águas servidas, nos projetos de empreendimentos residenciais que abriguem mais de 25 (vinte e cinco) famílias ou nos de empreendimentos comerciais com mais que 100 (cem) m² de área construída.

Parágrafo Único. Os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual do Paraná dos três Poderes e do Ministério Público Estadual, ficam obrigados a instalarem e projetarem coletores, caixa de armazenamento e distribuidores para água da chuva e águas servidas em todos os projetos e construções de prédios público, ou que se utilizem de recursos do Tesouro.

Art. 5º A caixa coletora de água da chuva e águas servidas serão proporcionais ao número de unidades habitacionais nos empreendimentos residenciais ou à área construída nos empreendimentos comerciais.

Parágrafo Único. As caixas coletoras de água da chuva e de águas servidas, assim como a canalização destas águas, serão separadas das caixas coletoras de água potável e a sua utilização será para usos secundários como lavagem de prédios, lavagem de autos, de jardins, limpeza, banheiros, não podendo ser utilizadas nas canalizações de água potável.

Art. 6º As empresas projetistas e de construção civil terão o prazo de 90 (noventa) dias para adequarem seus projetos ao cumprimento desta lei, a contar da data da publicação da presente lei.

Art. 7º O estado do Paraná adotará, obrigatoriamente, em todos os empreendimentos imobiliários realizados com recursos públicos, que venham a ser construídos a partir desta lei, dispositivos hidráulicos visando o controle e a redução do consumo de água.

Parágrafo Único. Os dispositivos hidráulicos consistem em:

I - torneiras para pias, registros para chuveiros e válvulas para mictórios, acionadas manualmente e com ciclo de fechamento automático ou acionadas por sensor de proximidade;

II - torneiras com acionamento restrito para áreas externas e de serviços;

III - bacias sanitárias com volume de descarga reduzido (VDR);

IV - sistema hidráulico que permita o reaproveitamento da água proveniente de chuveiros, banheiros, tanques e máquinas de lavar para a descarga nos vasos sanitários ou para uso não potável, como lavagem de calçadas e áreas externas.

Art. 8º O Poder Executivo poderá adotar outra tecnologia, diversa especificada no artigo anterior, desde que possibilite o controle e a redução de consumo de água, em proporções iguais ou superiores a proporcionada pelos mecanismos indicados por esta lei.

Art. 9º O combate ao desperdício quantitativo de água, compreende ações voltadas à conscientização da população através de campanhas educativas, abordagem do tema nas aulas ministradas nas escolas integrantes da Rede Pública Estadual de Ensino e palestras dirigidas aos servidores públicos que trabalham ou trabalharão em novas edificações, entre outras, versando sobre o uso abusivo da água, métodos de conservação e uso racional da mesma.

Art. 10. O estado do Paraná, no caso de locação de imóveis para instalação de seus órgãos ou entidades, priorizará aquelas edificações que estejam de acordo com as normas definidas nesta lei.

Art. 11. Os edifícios já concluídos quando da publicação desta lei, demonstrada a viabilidade técnica, terão o prazo de 5 anos para realizar as adequações ao disposto nesta lei.

Parágrafo Único. A viabilidade técnica será demonstrada pelo órgão público responsável pela fiscalização de obras no município em que estiver localizado o edifício, mediante consulta formulada pelo estado do Paraná através de seus órgãos locais.

Art. 12. O Poder Executivo regulamentará a presente lei, estabelecendo os requisitos necessários à elaboração e aprovação dos projetos de construção, instalação e dimensionamento dos aparelhos e dispositivos destinados à conservação e uso racional da água a que a mesma se refere, no prazo de 60 dias.

Art. 13. Os órgãos do Poder Público estadual, federal e municipal poderão fiscalizar a execução e o cumprimento da presente lei.

Art. 14. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação."

Sala das Sessões, em 21.03.07.
(aa) LUIZ EDUARDO CHEIDA
ROSANE FERREIRA
TADEU VENERI

Apoioamento:

Edgar Bueno e Douglas Fabrício.

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Apenas para dizer que esse projeto não é só meu, é um projeto do Deputado Tadeu Veneri e da Deputada Rosane Ferreira, que estamos com esse substitutivo juntando 3 projetos e tentando transformá-lo em um apenas. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)
Encaminha-se à CCJ, para parecer.

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 256/07, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, que dispõe sobre o cancelamento de serviços prestados de forma contínua. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CDC. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 143/07, de autoria do Deputado Dr. Batista, que fica instituído, no estado do Paraná, o Programa de Combate à Febre Amarela e à Dengue, conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e CSP. **Aprovado. (Publ. no DA nº 013/07, de 19/03/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 143/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei em tela tem como escopo instituir, no estado do Paraná, um Programa de Combate à Febre Amarela e à Dengue.

Constitucionalidade e Legalidade

Verifica-se, primeiramente, que foram observadas todas as disposições da Lei Complementar nº 095/98, estando assim, o projeto de lei em apreço em perfeita conformidade no que tange à técnica legislativa empregada.

Da análise da competência legislativa, porém, verifica-se a ocorrência de vício de iniciativa, o que o torna ilegal.

A Constituição Federal estabelece que a competência para legislar sobre a proteção à saúde é concorrente entre união, estados e distrito federal:

Art. 24. Compete à união, aos estados e ao distrito federal legislar concorrentemente sobre:

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde.

Vejamos, também, que dentro do âmbito da Constituição Estadual encontra fundamentação tendo em vista

que vislumbra o desenvolvimento setorial, pois a Carta Magna Estadual assim nos faz saber:

Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do estado, especificamente:

(...)

V - planos e programas estaduais, regionais e setoriais de desenvolvimento.

Portanto, não fere a atuação da Secretaria de Estado, muito pelo contrário, vem este dentro das prerrogativas trazidas pelo exercício legal de suas funções relacionadas à criação de programas estatais que visem o desenvolvimento, no presente caso o desenvolvimento de Programa de Combate à Febre Amarela e à Dengue, o que nos faz concluir que o presente projeto de lei está revestido de constitucionalidade.

Ademais disto, vemos que o presente projeto de lei não apresenta qualquer contradição com normas constitucionais ou infraconstitucionais, de tal sorte que o legislador bem o faz tendo em vista estar no exercício de suas funções.

Com relação à técnica legislativa o presente projeto não encontra nenhum óbice quanto à Lei Complementar nº 095/98.

Diante do exposto, tendo em vista a constitucionalidade, opinamos pela aprovação.

Sala das Comissões, em 26.06.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DOUGLAS FABRÍCIO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 143/07

P A R E C E R :

De parabéns o nobre Deputado, Dr. Batista. Médico de comprovada competência profissional, traz para debate nesta Casa projeto que, se aprovado, cria um Programa de Combate à Febre Amarela e à Dengue. São dois graves problemas de saúde pública que merecem toda atenção do Poder Público Estadual.

A aprovação deste projeto não causa nenhum impacto financeiro, daí a razão de nosso parecer ser favorável a esta matéria.

Sala das Comissões, em 11.07.07.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
ANTONIO BELINATI - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 143/07

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 143/07, de autoria do Deputado Dr. Batista, objetiva instituir, no estado do Paraná, o Programa de Combate à Febre Amarela e Dengue, conforme especifica.

A proposição já recebeu parecer favorável da douda Comissão de Constituição e Justiça, quanto à legalidade e constitucionalidade da mesma. Chamada a opinar, a Comissão de Saúde Pública entende que a proposição objetiva prevenção, para que se elimine, radicalmente, os focos epidêmicos e que as doenças como a febre amarela e a dengue sejam dadas como inexistentes num futuro próximo.

Sendo assim, esta Comissão emite seu parecer favorável à Proposição nº 143/07.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.08.07.

(aa) NEY LEPREVOST - Presidente

MARCELO RANGEL - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 341/07, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que dispõe sobre a Política Estadual de Incentivo à Pecuária de Leite. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e CAICTM. **Aprovado.** (Publ. no DA nº 043/07, de 09/05/07, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 341/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto apresentado pelo Deputado Augustinho Zucchi tem como escopo a implantação da Política Estadual de Incentivo à Pecuária de Leite no Estado do Paraná.

Fundamentação

A Constituição Federal, em seu artigo 174, estabelece o dever do estado para exercer as funções de fiscalização, incentivo e planejamento. Também, em seu artigo 187, define que a agropecuária, parte integrante da política agrícola, deve ser planejada e executada na forma de lei.

Vejamos:

Art. 174. Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.

§ 1º A lei estabelecerá as diretrizes e bases do planejamento do desenvolvimento nacional equilibrado, o qual incorporará e compatibilizará os planos nacionais e regionais de desenvolvimento.

§ 2º A lei apoiará e estimulará o cooperativismo e outras formas de associativismo.

Art. 187. A política agrícola será planejada e executada na forma da lei, com a participação efetiva do setor de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, bem como dos setores de comercialização, de armazenamento e de transportes, levando em conta, especialmente:

I - os instrumentos creditícios e fiscais;

II - os preços compatíveis com os custos de produção e a garantia de comercialização;

III - o incentivo à pesquisa e à tecnologia;

IV - a assistência técnica e extensão rural;

(...)

VI - o cooperativismo;

(...)

§ 1º Incluem-se no planejamento agrícola as atividades agroindustriais, agropecuárias, pesqueiras e florestais.

§ 2º Serão compatibilizadas as ações de política agrícola e de reforma agrária.

Em 1991 foi publicada a Lei Federal nº 8171, que dispõe sobre a política agrícola. Tal lei, em seu artigo 3º, disciplina a atuação do estado no planejamento agrícola, inclusive estabelecendo como seu objetivo sistematizar a atuação do estado para que os diversos segmentos da agricultura possam planejar seus investimentos a médio e longo prazo:

Art. 3º São objetivos da política agrícola:

I - na forma como dispõe o artigo 174 da Constituição, o estado exercerá função de planejamento, que será determinante para o setor público e indicativo para o setor privado, destinado a promover, regular, fiscalizar, controlar, avaliar atividade e suprir necessidades, visando assegurar o incremento da produção e da produtividade agrícolas, a regularidade do abastecimento interno, especialmente alimentar, e a redução das disparidades regionais;

II - sistematizar a atuação do estado para que os diversos segmentos intervenientes da agricultura possam planejar suas ações e investimentos numa perspectiva de médio e longo prazos, reduzindo as incertezas do setor;

(...)

IX - possibilitar a participação efetiva de todos os segmentos atuantes no setor rural, na definição dos rumos da agricultura brasileira;

X - prestar apoio institucional ao produtor rural, com prioridade de atendimento ao pequeno produtor e sua família;

(...)

XIII - promover a saúde animal e a sanidade vegetal;

(...)

XV - assegurar a qualidade dos produtos de origem agropecuária, seus derivados e resíduos de valor econômico.

No mesmo sentido, a Constituição do Estado do Paraná assegura a competência da Assembléia Legislativa para, com a devida sanção do Governador, dispor sobre planos e programas estaduais regionais e setoriais de desenvolvimento:

Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre

todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

(...)

V - planos e programas estaduais, regionais e setoriais de desenvolvimento.

Assim, fica claro que cabe a iniciativa parlamentar a um projeto de lei que disponha sobre um plano estadual de desenvolvimento.

Ainda, tal projeto preenche os requisitos da Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a elaboração das leis no território nacional.

Conclusão

Ante o exposto, tendo em vista que o presente projeto encontra-se revestido de legalidade e constitucionalidade opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 05.06.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

CAÍTO QUINTANA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 341/07

P A R E C E R :

O projeto de lei em análise tem como escopo a implantação da Política Estadual de Incentivo à Pecuária de Leite, definindo em seu bojo os objetivos, instrumentos, e outras definições em prol do fomento da criação de gado leiteiro no estado.

Tendo em vista que o texto do projeto não define gastos diretos por parte do Poder Público Estadual, não há que se falar em impacto financeiro-orçamentário, não demandando gastos imediatos e impacto certo aos cofres públicos. Desnecessário, então, o acompanhamento de demonstrativo de gastos.

Em assim sendo, respeitadas todas as disposições concernentes à Lei Complementar nº 101/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal, opinamos pela aprovação do projeto em tela, exarando assim parecer favorável.

Sala das Comissões, em 26.06.07.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

ELIO RUSCH - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA,
COMÉRCIO, TURISMO E MERCOSUL
PROJETO DE LEI Nº 341/07

P A R E C E R :

O referido projeto propugna a implantação da Política Estadual de Incentivo à Pecuária de Leite, cujo escopo norteia o crescimento e incentivo sustentável em prol do fomento da criação de gado leiteiro no estado, definindo no artigo 1º a política estadual de incentivo, no 2º os instrumentos dessa política; no artigo 3º os programas e ações da política estadual de incentivo priorizando a agricultura familiar, suas cooperativas e associações e consecutivamente nos artigos 4º e 5º assegura ao cidadão o direito ao acesso a planilhas de custos de produção e à

comercialização no sistema agroindustrial do leite bovino e seus derivados.

O referido projeto recebeu a aprovação da Comissão de Finanças, que tem o mister de avaliar os impactos financeiros de medidas desta natureza, asseverando que *o projeto não define gastos diretos por parte do Poder Público Estadual, não há que se falar em impacto financeiro-orçamentário.*

Assim segundo dicção do artigo 33, parágrafo 6º do Regimento Interno desta Casa de Leis, à Comissão de Agricultura incumbe analisar o projeto do ponto de vista de sua abrangência, quer seja animal, vegetal, insumos e irrigação, pecuária, fauna e flora.

Neste mister entendemos, dentro do que se propõe a Comissão de Agricultura, que o referido projeto do nobre Parlamentar atende os rumos da política agropecuária do nosso estado, razão pela qual somos pela aprovação do projeto de lei exarando parecer favorável à sua tramitação.

Sala das Comissões, em 03.07.07

(aa) PEDRO IVO - Presidente

ARTAGÃO JÚNIOR - Relator

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 441/07, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que concede o título de Cidadã Honorária Paranaense a Dra. Elisabeth Kather, Meritíssima Juíza de Direito da Comarca de Loanda. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (Publ. no DA nº 066/07, de 18/06/07, em Projetos de Lei)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 441/07

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, concede título de Cidadã Honorária Paranaense a Dra. Elisabeth Kather, Meritíssima Juíza de Direito da Comarca de Loanda.

O presente projeto é constitucional, uma vez que não fere dispositivos da Constituição no que diz respeito à competência legislativa concorrente entre união, estados e distrito federal.

O projeto é legal, pois está amparado pela Lei nº 13115/01, alterada pela Lei nº 14677/05 que, em seu artigo 2º determina:

Art. 2º Cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento na Assembléia Legislativa apresentarem projetos de lei concedendo títulos de Cidadão Honorário ou Cidadão Benemérito no estado do Paraná.

§ 1º Cada partido político poderá representar até 8 (oito) títulos de Cidadão Honorário ou Benemérito, à sua escolha, por legislatura.

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, e não havendo óbices de natureza constitucional, regimen-

tal e de técnica legislativa, somoS de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 07.08.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 2477, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 03 (três) Sessões. **Aprovado.**

Requerimentos

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2456, de autoria do Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2460 e 2461, de autoria do Deputado Nereu Moura, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2464, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Para Encaminhar)

Senhores, vou aproveitar a presença de tantas pessoas na Assembléia, e vou contar uma história do "Palácio do Pito." Esse prédio que estava abandonado, aqui ao lado, e que o Governador deu um choque de austeridade e consertou aquilo que estava parado há muitos anos.

Quase pronto o prédio, no final do ano passado, o Deputado Scarpellini, muito preocupado em dar um nome àquele prédio, resolveu homenagear um grande Governador, que, aliás, tinha começado aquele prédio, que era o Governador José Richa. Então, o Deputado Scarpellini, naquela ânsia de homenagear o já falecido Governador José Richa, fez um projeto de lei nesta Casa e colocou o nome de Palácio Governador José Richa.

Daí chegou, na Ordem do Dia, e na 1ª votação passou como um foguete. Chegou na 2ª votação e deu um tororó aqui dentro. O Governador ligando: "Tem que retirar esse projeto! Meu Deus do céu, fui eu que fiz o prédio, como é que vai botar o nome do Richa? O Beto Richa é meu inimigo!"

Foi uma confusão, deu uma dor de barriga em todo mundo. Começa aquele pânico. Quem é que tem coragem de tirar e fazer uma emenda para sair o projeto?

Eis que aparece aquela figura lendária, espetacular, simples, jeitoso, fala bem, estudioso dos livros, conhece a história do mundo, Rafael Greca de Macedo: "Tenho uma sugestão para resolver isso, vamos fazer uma emenda e vamos colocar a emenda com o nome de Palácio Tibagi."

Por que Tibagi? Porque já tem Palácio Iguaçu, que é o rio Iguaçu, vai ter Palácio Tibagi, em homenagem aos campos gerais.

Aí o Greca veio: "Jocelito".

Eu, louco de faceiro: pois não, Deputado?

"-Tenho uma sugestão aqui e, é você o caro, Jocelito."

- Estou na área.

"- Você é dos campos gerais. O rio Tibagi nasce entre Palmeira e Ponta Grossa. Você não quer ter um palácio de Tibagi, que você é o Deputado mais votado?"

- Claro que eu quero um palácio para a minha cidade, para a minha região.

Se tem Iguaçu, eu estou com ciúmes, eu quero Tibagi para Ponta Grossa.

"- Dou a idéia, você apresenta a emenda dizendo que o projeto vai para a CCJ e acaba e vai virar Palácio Tibagi."

Eu, louco de alegre, nada pessoal contra o Beto, que, aliás, é meu amigo e gosto muito dele - acho que tem alguma sacanagem com o Beto aí, que tem um esquema montado para derrubar o Beto, que vou falar na semana que vem, com documento.

Então, fizemos uma emenda, passava-se a chamar Palácio Tibagi.

O Greca fez até uma poesia, eu me lembro: "Jocelito nasce nos campos gerais, passa pelo Belinati do norte e chega na foz lá de Mato Grosso." Está bom, lá fui e protocolei Palácio Tibagi. Diz que o Governador gostou, adorou a idéia. Ficou Palácio Tibagi.

Passou, não se elegeu o Scarpellini, voltou o mandato novo, eu me reelei e me lembrei da história do Tibagi. Falei: acabo o projeto, Scarpellini. Morreu. Terminou o mandato, acabou. Fui lá e rerepresentei o projeto, Palácio Tibagi. Os homens tinham pedido. Para surpresa minha, depois de uns dias, abro o jornal e está lá, decreto do Governador chamando de Palácio das Araucárias.

Consultei os advogados para saber, porque tenho um projeto em andamento aqui, que é anterior a esse decreto, o que é que vale mais: o decreto ou lei? Os advogados me informaram que tem mais validade a lei. A lei é mais forte. É uma lei, não é um decreto. Animei-me - vou apresentar e vou fazer andar. Começou a confusão, foi para cá, foi para lá, e eu tomei uma decisão. O Governador, ontem, mandou tirar o meu projeto do hospital de Ponta Grossa que fizemos os 4 Deputados. Colocamos o nome de um grande empresário de Ponta Grossa que já faleceu, o Governador mandou tirar, a obra é dele.

Estamos retirando, Sra. Presidente, já vou encaminhar do 2º projeto, retirarmos dos 4 Deputados de Ponta Grossa o nome do Marcelo Barbur. Já pedi desculpas públicas à família, no rádio, hoje, e estou pedindo aqui. Que a família me perdoe por querer colocar o nome de um homem de bem de Ponta Grossa. Quem sabe o Requião queira colocar a arquiteta da SEDU, Dra. Luciana Maria Requião Valada, poderia colocar o nome dela no hospital, porque foi ela quem fez o projeto. Poderia colocar o nome desse quarteto que tem aqui no Paraná, que está fazendo projetos nas prefeituras, o quarteto formado pela Dra. Letícia Hait, Luciana Maria Requião Valada, J.W. Montoya e o Secretário Forte Neto, colocá-los como o nome do hospital. Pode colocar! Parabéns

pelo hospital, nota 10! Eu amo aquele hospital, o nome pode botar de quem quiser! já pedimos desculpas à família.

Só queria lamentar, lamento que os meus companheiros - e não estou atacando ninguém, fiquei triste - porque quando fizeram a emenda, ontem, disseram o seguinte: "Art. 1º Fica modificado o hospital de Ponta Grossa. A denominação "Regional" do Hospital de Ponta Grossa só será efetivada através do decreto do Sr. Governador do Estado, após a sua inauguração."

Estamos abrindo mão de uma lei. Uma lei que nós fizemos aqui, uma lei que 4 Deputados fizeram! Estamos abrindo mão do pouco que fizemos aqui! Não podemos legislar sobre finanças, não podemos nada. E abrimos mão ainda de fazer uma lei! Mas se o Governador quer, nós decidimos, os Deputados de Ponta Grossa, retiramos o projeto, o Governador nomeie quem ele quiser, põem o nome que ele quiser, não tem problema nenhum!

Fiquei sentido, Deputado Romanelli, e V. Exa. brincou comigo que não foi o Governo que fez isso. Deputado Mamede está ali, um homem que aprendi a respeitar neste plenário, pela sua idade, e ele me disse que assinou a quinta assinatura porque alguém pediu, alguém da liderança.

Parabéns ao Requião e que ele nomeie quem quiser. Ele está pagando o que fizemos na campanha para ele, que eu fiz.

Sra. Presidente, retiramos, em homenagem a nosso estadista, o homem da Carta de Puebla, o homem que eu botei lá "15" e que agora desmoraliza-nos em Ponta Grossa com o nome do hospital.

Muito obrigado!

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Está em votação o requerimento.

Deputados que aprovam, permaneçam como estão.

Aprovado!

Requerimento nº 2467, de autoria dos Deputados Jocelito Canto, Marcelo Rangel, Péricles de Mello e Plauto Miró, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2470, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Não recebido por ter sido rejeitado requerimento idêntico em 05 de junho de 2007.**

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Quero só justificar, que por ter sido rejeitado o requerimento idêntico a este no dia 05 de junho...

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Presidente só queria que lesse o requerimento, porque acho que há um equívoco da Mesa. A senhora poderia pedir para o 1º Secretário ler o requerimento?

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Pela ordem, Presidente.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Só pediria para que a senhora lesse o requerimento...

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Pela ordem, com a palavra o Deputado Romanelli.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Dá para ler, Sra. Presidente?

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Quero dizer a V. Exa...

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

O senhor poderia aguardar um minuto? A palavra está assegurada ao Deputado Romanelli, pela ordem.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Mas eu pedi para a senhora ler, primeiro.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

O requerimento está na nossa mão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sra. Presidente, queria dizer o seguinte: que a Mesa age corretamente, porque esta proposição já foi rejeitada pelo Plenário. E quero crer o seguinte: desculpe encaminhar de uma forma contrária...

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

O Plenário é soberano, o senhor sabe disso.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

V. Exa. encaminha, mas quero dizer que como a Mesa já constatou que o requerimento foi rejeitado, penso que a Mesa pode dispensar a leitura. Se o autor pretender, pode fazer a leitura, mas, penso que a Mesa pode dispensar a leitura do requerimento, na medida em que ela mesma já constatou que o requerimento foi rejeitado por esta Casa.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (**Pela Ordem**)

Com todo respeito aos nobres colegas, mas acho que cabe um apelo a todos os colegas em respeito às senhoras e senhores membros da Soka Gakkai, alguns vieram até de cidades distantes, uma Sessão que estava programada para as 17h.

Consulto V. Exa. se poderia transferir as demais votações para amanhã, para que possamos começar a Sessão em homenagem aos membros da Soka Gakkai.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

O senhor tem toda razão. A Mesa gostaria de informar aos Deputados desta Sessão que o requerimento já

foi rejeitado no dia 05 de junho. Portanto, já foi lido e rejeitado.

Gostaria de consultar o Deputado Jocelito Canto, em razão dos nosso visitantes, Deputado...

O SR. ANTONIO BELINATI (**Pela Ordem**)

Presidente, apelar para não se marcar mais Sessão Solene para as 17h, porque pega mal para os convidados.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

A Mesa já tomou esta determinação, mas já havia solenidades previamente marcadas, no início da legislatura. Estamos cumprindo à risca. Pedimos aos Deputados desta casa para que as próximas homenagens sejam marcadas às quinta-feiras pela manhã. Já foi tomada a decisão pela Mesa Diretora.

Nosso Presidente Nelson Justus várias vezes já colocou em plenário.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Porque estamos aqui para ficar até às 10 da noite.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Às quintas-feiras, pela manhã, estão reservadas para as solenidades. Quintas, sextas-feiras, mas preferencialmente às quinta-feiras pela manhã. Mas, estamos com a Casa cheia, as galerias lotadas, como disse o Deputado Belinati, as pessoas se deslocaram de outros municípios, há 6 meses que já foi marcada esta justa homenagem. À colônia japonesa que está presente, nossos cumprimentos. O Deputado Nishimori esteve aqui na Mesa, pedindo para que pudéssemos agilizar.

Gostaria até de explicar aos convidados que o Regimento Interno da Casa permite o encaminhamento por 10 minutos. Eu não poderia, em nenhum momento, cassar a palavra do Deputado Jocelito, mas, peço sua compreensão. Já foi lido no dia 05 de junho e foi rejeitado pelo Plenário. Não posso receber um requerimento que foi rejeitado pelo Plenário.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Eu pediria a V. Exa., porque este requerimento tem algumas coisas a mais. Eu pediria que a senhora lesse o requerimento. Só isso.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Solicito ao 1º Secretário que faça a leitura, mas que o senhor pudesse entender, o senhor conhece muito bem o Regimento Interno.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Eu entendo. A senhora lendo eu já estou satisfeito.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Solicito ao 1º Secretário que faça a leitura do requerimento.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Chico Noroeste**)

(Procede à leitura do requerimento do Deputado Jocelito Canto, que solicita envio de pedido de informações ao Governador do Estado).

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Muito obrigado, Sra. Presidente! Era só a leitura.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Requerimento nº 2462, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 2463, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 2465, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2476, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 2483, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, com apoio do Deputado Ribas Carli Filho e Durval Amaral, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 2471, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, com apoio da Deputada Rosane Ferreira e do Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Pela ordem, Sra. Presidente.

(Assentimento)

Se V. Exa. permitir, gostaria de fazer uma questão de ordem e colocar um posicionamento. Como forma de respeito aos visitantes que estão nesta Casa e que estarão em uma Sessão Solene logo após o término desta Sessão, nós da Oposição tomamos a seguinte decisão: retiramos os requerimentos que levariam pelo menos mais uma hora e meia de debates aqui nesta Casa. Retiro os requerimentos efetuados pela Oposição, mas peço a V. Exa. que não aconteça mais marcarmos aqui uma solenidade no mesmo horário das Sessões Plenárias.

Então, temos horário e momento oportuno. Queremos deixar essa posição da Liderança da Oposição, enfaticamente, porque senão parece que estamos aqui obstruindo uma Sessão Solene. Não, jamais! Agora, estamos aqui exercendo a nossa função.

Por essa razão, retiramos os requerimentos formulados pela Oposição, mas da mesma forma pedimos a V. Exa. que essas Sessões Solenes sejam marcadas em dias e datas oportunas, para que tenhamos a oportunidade de prestar a homenagem merecida às pessoas que vêm a esta Casa.

Muito obrigado!

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Consulto à Liderança do Governo se age da mesma forma.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sra. Presidente, concordamos, afinal de contas a homenagem a Daissaku Ikeda, Presidente da Soka Gakkai, traz pessoas que tenho o maior respeito. Aliás, quero saudar a todos!

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Gostaria de consultar ao Deputado Marcelo Rangel e da mesma forma ao Deputado Jocelito Canto, se os requerimentos de autoria da V. Exas. podem ser retirados para o dia de amanhã.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Respeitando a decisão da Liderança da Oposição. Gostaria muito que o meu requerimento fosse votado hoje, o assunto é pertinente e importante, mas também respeitando aos convidados, vou deixar para discutir o nosso requerimento amanhã.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Da mesma forma, em homenagem aos nossos visitantes e em homenagem a V. Exa., Sra. Presidente, retiro para amanhã os meus requerimentos.

Muito obrigado!

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Gostaria de comunicar a esta Casa e convidar novamente os Deputados que possam permanecer em Plenário para a solenidade em comemoração ao Dia do Dr. Daissaku Ikeda, por proposição do Deputado Alexandre Curi e apoiado por todos os Deputados desta Casa.

Em nome do nosso Presidente Nelson Justus, da Deputada Luciana Rafagnin, Rosane Ferreira e Beti Pavin, convidamos para que na Sessão Solene o Deputado Luiz Malucelli Neto possa assumir a presidência dos trabalhos, bem como o Deputado Teruo Kato possa ocupar a 2ª Secretaria e o Deputado Luiz Nishimori ocupe a 1ª Secretaria.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando parta quarta-feira, dia 22, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 497/07.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 143 e 341/07.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 289, 457, 530 e 550/07.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Comissão Executiva

Indicações Legislativas

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 430

Autoria: Deputado Stephanes Júnior.

SÚMULA:

Propõe viabilizar a construção de uma ponte sobre o rio Iguaçu, ligando a continuação da estrada Delegado Bruno de Almeida ao município da Fazenda Rio Grande.

Ao Exmo. Sr. Rogério Wallbach Tizzot - Secretário de Estado dos Transportes do Paraná.

O Deputado Stephanes Júnior dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

1) Viabilizar a construção de uma ponte sobre o rio Iguaçu, ligando a continuação da estrada Delegado Bruno de Almeida ao município da Fazenda Rio Grande.

2) Tal solicitação, virá facilitar muito o trânsito entre os 2 municípios, como passagem alternativa, quando houver obstrução na BR. Sem a ponte, famílias foram separadas e encontram dificuldades para se encontrarem. Trabalhadores andam quilômetros para chegar ao local de trabalho. Há 45 anos, esta ponte sempre esteve ajudando a comunidade, a qual está fazendo falta.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 11.07.07.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 431

Autoria: Deputado Stephanes Júnior

SÚMULA:

Propõe viabilizar a construção do Posto de Saúde da Mulher no município de Nova Santa Rosa.

Ao Exmo. Sr. Cláudio Murilo Xavier - Secretário de Estado da Saúde do Paraná.

O Deputado Stephanes Júnior dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

1) Viabilizar o projeto visando a construção de um Posto de Saúde da Mulher no município de Nova Santa Rosa.

2) Tal solicitação se faz necessária, pois está dentro

do Programa do Governo "Pacto Estadual Pela Vida - Estratégias para Redução da Mortalidade Materno-Infantil."

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 11.07.07.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 432

Autoria: Deputado Stephanes Júnior.

SÚMULA:

Propõe viabilizar o projeto visando o calçamento poliédrico entre os distritos de Alto Santa Fé (Nova Santa Rosa) e Santa Rita do Oeste (Terra Roxa).

Ao Exmo. Sr. Rogério Wallbach Tizzot - Secretário de Estado dos Transportes do Paraná.

O Deputado Stephanes Júnior dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

1) Viabilizar o projeto visando o calçamento poliédrico entre os distritos de Alto Santa Fé (Nova Santa Rosa) e Santa Rita do Oeste (Terra Roxa). Ao todo, são cerca de 9 mil metros (9 quilômetros) que restam para concluir o calçamento que liga os 2 distritos anteriormente citados, tendo valor aproximado de R\$ 900 mil (novecentos mil reais).

2) Tal solicitação se faz necessária, pelo fato de que o fluxo de pessoas que fazem o trajeto diariamente é considerável, trecho esse que hoje se encontra em situação de precariedade e risco, dificultando o acesso especialmente em dias de chuva.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 11.07.07.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 435

Autoria: Deputado Marcelo Rangel.

SÚMULA:

Inclusão da disciplina de Educação Moral e Cívica, no ensino público do estado do Paraná.

Ao Sr. Secretário de Estado da Educação.

1) O Deputado que a presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, sugere que seja incluída na grade curricular do ensino fundamental e médio das escolas públicas do estado do Paraná, a disciplina de Educação Moral e Cívica.

2) Justifica-se tal indicação legislativa, pelo fato de que hoje os jovens estão sendo afetados diariamente por notícias de corrupção, falta de ética, diminuição dos valores morais e dos valores cívicos de nossa nação.

Com a volta desta disciplina na grade curricular das escolas públicas do Paraná, teremos num futuro próximo, cidadãos conscientes dos seus deveres e seus direitos garantidos em nossa Constituições Federal e Estadual,

conscientes dos valores que formam um cidadão ético e de boa índole.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 11.07.07.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 436

Autoria: Deputado Felipe Lucas.

SÚMULA:

Propõe alargamento da rodovia PR-153, que une a Al. Virgílio Moreira até a UNICENTRO - iluminação no mesmo percurso - construção de uma ciclovia - asfalto na entrada da UNICENTRO na mesma rodovia, no município de Irati.

Felipe Lucas, Deputado Estadual, vem respeitosa-mente à presença do Secretário de Estado dos Transportes reivindicar as seguintes providências para o município de Irati.

- Alargamento da rodovia e construção de mais uma pista de asfalto unindo a Al. Virgílio Moreira até o trevo de Riozinho, entrada para a UNICENTRO.

- Construção de uma ciclovia no mesmo espaço.

- Iluminação de todo o percurso.

- Construção de asfalto na entrada da UNICENTRO unindo o trevo de Riozinho até essa universidade.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 12.07.07.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente

JUSTIFICATIVA:

A implantação da UNICENTRO - Universidade Estadual do Centro-Oeste no distrito de Riozinho na cidade de Irati, foi sem dúvida um marco no desenvolvimento do município e toda a região que o circunda, agregando em torno de 2 mil e 600 estudantes de todos os Estados da Federação e 520 colaboradores que labutam nesta instituição. Concomitantemente, se instalaram nesta região, dezenas de empresas, que somado o número de empregados hoje gira em torno de 3 mil trabalhadores, algumas empresas com turno de 24 horas. Além da UNICENTRO, também estão neste espaço o Colégio Florestal, Escola Estadual João XXIII, CAIC e Escola Municipal Rosalina Cordeiro de Araújo, que superam a casa de 2 mil alunos que se deslocam para estas diariamente. O fluxo de veículos tem sido muito grande das pessoas que ali trabalham e estudam, e, além de tudo o que foi relatado acima, alie-se também que esta estrada - PR-153 - é que faz a ligação dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, proporcionando o escoamento de safra e desvios de pedágios por veículos de grande e pequeno porte.

Porém, o que mais nos sensibiliza, justificando este pedido, é o preço extremamente alto que a sociedade está pagando com os constantes acidentes que ocorrem nesta rodovia. A última informação que a Polícia Rodoviária nos repassou, só em 2007, no período de 1º de janeiro a 9

de abril (3 meses), ocorreram 9 acidentes com 3 mortes, todas elas de estudantes, além do que no ano de 2006 ocorreram 27 acidentes com uma morte, também de estudante, somente neste espaço de aproximadamente 9 quilômetros, que une a Al. Virgílio Moreira com a UNICENTRO.

Não podemos mais, Sr. Secretário, admitir que esta situação perdue, ceifando a vida de pessoas que vêm para nossa cidade na esperança de conseguir um futuro melhor e tenham suas vidas extintas tão abruptamente como tem acontecido.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 437

Autoria: Deputado Ney Leprevost.

SÚMULA:

Solicita a liberação de recursos para a construção de um hospital geriátrico no município de Curitiba.

Ao Exmo. Sr. Luiz Forte Neto - Secretário Estadual de Desenvolvimento Urbano.

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Sr. Secretário para solicitar o seguinte:

1) Solicita a liberação de recursos para a construção de um hospital geriátrico no município de Curitiba.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 12.07.07.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação se faz necessária, ante a necessidade urgente de um hospital especializado para atender a população idosa e carente do município de Curitiba.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 438

Autoria: Deputado Douglas Fabrício.

SÚMULA:

Propõe a SEAB uma atenção especial e atendimento às necessidades da Associação dos Produtores de Poema Alvorada, com sede no distrito de Alvorada no município de Nova Tebas.

Sr. Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento.

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

1) Que se digne esta Secretaria em dirigir atenção especial ao atendimento às necessidades da Associação dos Produtores de Poema Alvorada, com sede no distrito de Alvorada no município de Nova Tebas, que necessita de recursos para a aquisição de 1 distribuidor de calcário Lelis.

2) Salientamos que a associação citada é uma entidade sem fins lucrativos e formada por 50 sócios atuantes

e quase em sua totalidade formada por agricultores familiares.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 12.07.07.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 439

Autoria: Deputado Douglas Fabrício.

SÚMULA:

Propõe a SEAB uma atenção especial e atendimento às necessidades da Associação dos Produtores Rurais Comunidades Unidas, com sede no distrito de Alvorada no município de Nova Tebas.

Sr. Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento.

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

1) Que se digne esta Secretaria em dirigir atenção especial ao atendimento às necessidades da Associação dos Produtores Rurais Comunidades Unidas, com sede no distrito de Alvorada no município de Nova Tebas, que necessita de recursos para a aquisição de uma adubadora de duas linhas para plantio de batata e cará.

2) Salientamos que a associação citada é uma entidade sem fins lucrativos e formada por 50 sócios atuantes e quase em sua totalidade formada por agricultores familiares e que abrange 4 comunidades no município de Nova Tebas.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 12.07.07.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 440

Autoria: Deputado Douglas Fabrício.

SÚMULA:

Propõe a SEAB uma atenção especial e atendimento às necessidades da Associação Comunitária São José do Barreirinho do Meio, com sede no município de Nova Tebas.

Sr. Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento.

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

1) Que se digne esta Secretaria em dirigir atenção especial ao atendimento às necessidades da Associação Comunitária São José do Barreirinho do Meio, com sede no município de Nova Tebas, que necessita de recursos

para a aquisição de um triturador tratorizado (triturar milho).

2) Salientamos que a associação citada é uma entidade sem fins lucrativos e formada por 45 sócios atuantes.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 12.07.07.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente

INDICAÇÃO Nº LEGISLATIVA 441

Autoria: Deputado Douglas Fabrício.

SÚMULA:

Propõe a SEAB uma atenção especial e atendimento às necessidades da Associação Comunitária dos Produtores Rurais da União de Santa Clara, com sede no município de Nova Tebas.

Sr. Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento.

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

1) Que se digne esta Secretaria em dirigir atenção especial ao atendimento às necessidades da Associação Comunitária dos Produtores Rurais da União de Santa Clara, com sede no município de Nova Tebas, que necessita de recursos para a aquisição de um triturador tratorizado (para fazer rolo de milho).

2) Salientamos que a associação citada é uma entidade sem fins lucrativos e formada por 121 sócios atuantes.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 12.07.07.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 457

Autoria: Deputado Ney Leprevost.

SÚMULA:

Propõe a Secretaria Especial de Relações com a Comunidade uma atenção especial e a inclusão do município de Juranda no Programa "Paraná em Ação."

Senhor Presidente:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

1) Que se digne a Secretaria Especial de Relações com a Comunidade em dar uma atenção especial e a incluir o município de Juranda no Programa Paraná em Ação.

2) Sabedores das intenções do referido programa estadual que visa o bom atendimento a todo o estado vimos propor o atendimento ao município de Juranda já anunciando que anualmente realizam-se dois eventos, com grande concentração popular, sendo a EXPOJUR, realizada sempre na segunda quinzena de julho e a Festa da Leitoa Entrincheirada, prato típico do município, realizada na segunda quinzena de dezembro.

3) Tal solicitação atendo ao requerido pelo Vereador Jair Grigato que nos encaminhou ofício de solicitação.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 06.08.07.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente

Ata de Comissão

Redação

COMISSÃO DE REDAÇÃO

1ª LEGISLATIVA - 16ª SESSÃO LEGISLATURA

ATA DA 48ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Professor Luizão apresentou redação final ao seguinte Projeto de Lei nº 497/07, que foi aprovada sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

